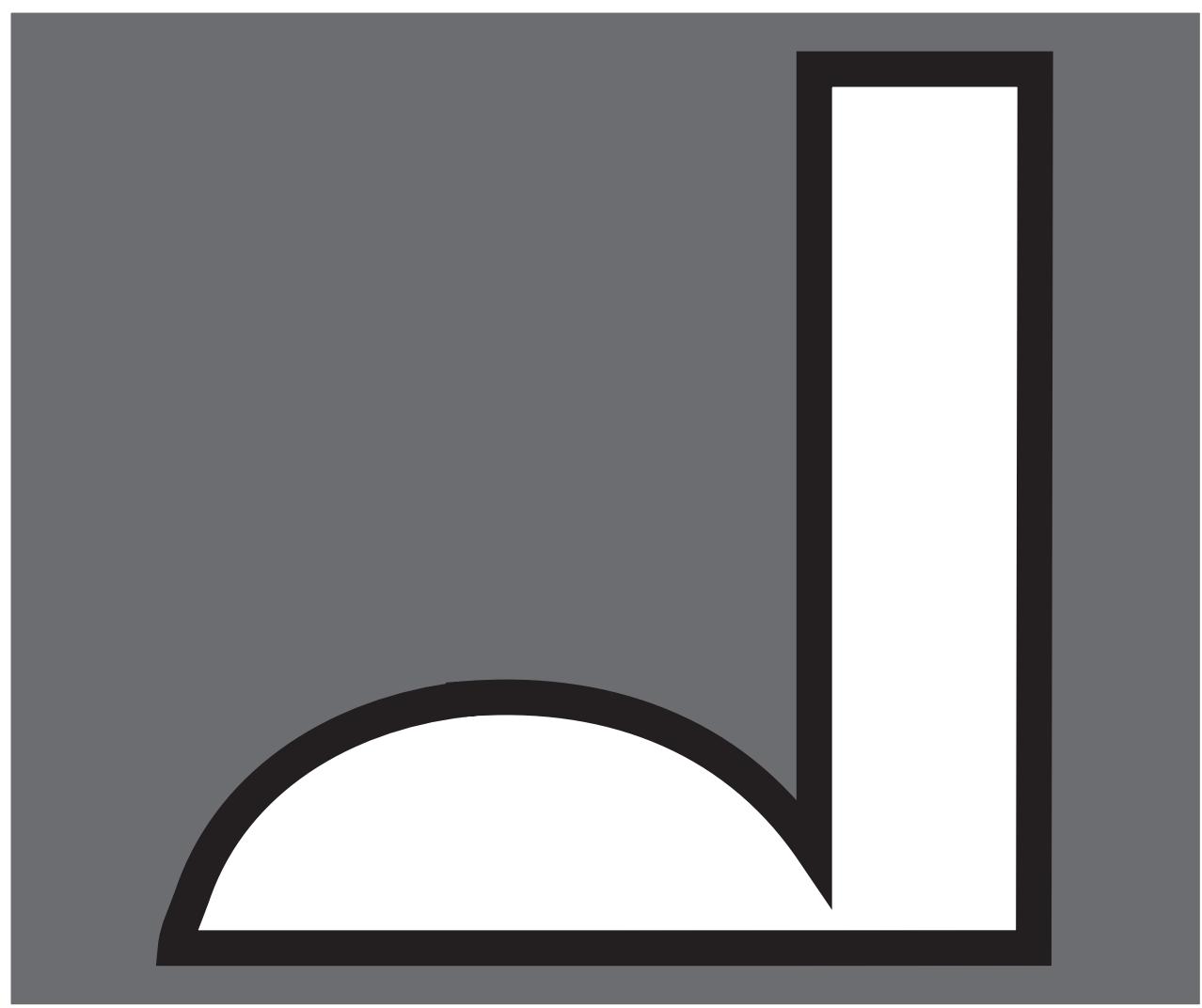




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
3<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54<sup>a</sup> LEGISLATURA

Atas da Comissão Temporária destinada ao levantamento da legislação  
pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil

---

ANO LXVIII – SUP. AO Nº 76 – SEXTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**PRESIDENTE**  
Renan Calheiros - (PMDB-AL)  
**1ª VICE-PRESIDENTE**  
Jorge Viana - (PT-AC)  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Romero Jucá - (PMDB-RR)  
**1º SECRETÁRIO**  
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)  
**2ª SECRETÁRIA**  
Angela Portela - (PT-RR)

**3º SECRETÁRIO**  
Ciro Nogueira - (PP-PI)  
**4º SECRETÁRIO**  
João Vicente Claudino - (PTB-PI)  
**SUPLENTES DE SECRETÁRIO**  
1º - Magno Malta - (PR-ES)  
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)  
3ª - João Durval - (PDT-BA)  
4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eunício Oliveira - Bloco</b> (62,70)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 20</b></p> <p><b>Eunício Oliveira</b> (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferreira (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p><b>Líder do PP - 5</b></p> <p><b>Francisco Dornelles</b> (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p><b>Líder do PSD - 2</b></p> <p><b>Sérgio Petecão</b> (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b></p> <p><b>Paulo Davim</b> (75)</p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Dias - Bloco</b> (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 12</b></p> <p><b>Wellington Dias</b> (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p><b>Líder do PDT - 5</b></p> <p><b>Acir Gurgacz</b> (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b></p> <p><b>Rodrigo Rollemberg</b> (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p><b>Líder do PC DO B - 2</b></p> <p><b>Inácio Arruda</b> (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b></p> <p><b>Eduardo Lopes</b> (37,45,63,100)</p> <p><b>Líder do PSOL - 1</b></p> <p><b>Randolfe Rodrigues</b> (18,76)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Mário Couto - Bloco</b> (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Morais (101) Ataídes Oliveira (102) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 12</b></p> <p><b>Aloysio Nunes Ferreira</b> (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b></p> <p><b>José Agripino</b> (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Gim - Bloco</b> (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 6</b></p> <p><b>Gim</b> (56,58,59)</p> <p><b>Líder do PR - 5</b></p> <p><b>Alfredo Nascimento</b> (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b></p> <p><b>Eduardo Amorim</b> (17,47,48,72)</p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - Governo</b> (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

## EXPEDIENTE

<p><b>Doris Marize Romariz Peixoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Ata</p> <p><b>Zuleide Spinola Costa da Cunha</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATA

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

<b>1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA</b>	
<b>1.1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA</b>	
<b>1.1.1 – Comissão Temporária destinada ao levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil</b>	
Ata da 4ª Reunião, realizada em 25 de abril de 2013.....	4
Ata da 5ª Reunião, realizada em 16 de maio de 2013.....	21
Ata da 6ª Reunião, realizada em 23 de maio de 2013.....	29

---

**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES  
ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

“Comissão Temporária, criada pelo Requerimento nº 18, de 2013, com a finalidade de realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais”.

**ATA DA 4<sup>a</sup> REUNIÃO**

Ata Circunstaciada da 4<sup>a</sup> Reunião, realizada em 25 de abril de 2013, às 14 horas e 34 minutos, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Ana Amélia (PMDB/RS)** e com a presença dos Senadores: **Cyro Miranda, Paulo Paim (PT/RS) e Romero Jucá (PMDB/RR)**. Deixaram de comparecer os Senadores **Pedro Simon (PMDB/RS), Jorge Viana (PT/AC) e Gim Argello (PTB/DF)**. Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com a presença dos convidados: **Miguel Velasquez**, Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul – MP/RS; **Ricardo Nerbas**, Diretor da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL; **Armando Henrique**, Presidente da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho – FENATEST; **Carlos Alberto Pauleto**, Diretor da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul – CUT/RS; **Luiz Alcides Capoani**, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA/RS; e **Clayton Faria Machado**, Presidente do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes de Brasília. Foi concedida a palavra ao Senhor Jary de Carvalho e Castro, Presidente do CREA-MS. Foi aprovado o requerimento de n.004/2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requereu a realização de audiência pública com o coronel Lioberto Ubirajara Caetano, Comandante do CBMRO e Presidente da Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil . Na ocasião, aditou-se o mencionado requerimento para incluir a presença do representante da Confederação Nacional dos Municípios, Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, e do representante da Frente Nacional dos Prefeitos, o Sr. Prefeito de Porto Alegre, José Fortunati.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro aberta a 4<sup>a</sup> Reunião da Comissão Tem-

porária, criada pelo Requerimento nº 18/2013, com a finalidade de realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndio no Brasil e elaborar proposta concreta e eficácia de alcance nacional, simples, das normas técnicas necessárias, tendo como referências rigorosos padrões internacionais.

A primeira pauta é audiência pública e, na segunda parte, apreciação de alguns requerimentos. Para a audiência pública que realizaremos hoje, haverá a presença do Promotor de Justiça Miguel Velasquez, Coordenador do Centro de Apoio de Direitos Humanos do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Queria convidar, especialmente, o Senador Paulo Paim, nosso Relator, para me dar o prazer de sua presença aqui à Mesa. Dr. Ricardo Nerbas, Diretor da Confederação Nacional das Profissões Liberais; Armando Henrique, Presidente da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho; Carlos Alberto Pauleto, Diretor da Central Única dos Trabalhadores, CUT-RS; Engenheiro Luiz Alcides Capoani, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA – RS, e Clayton Faria Machado, Presidente do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes de Brasília, representando a Confederação Nacional do Comércio – CNC.

Como já estão à Mesa, eu queria agradecer muito o atendimento a esse convite para a realização desta audiência pública. Eu queria, apenas, antes de passar a palavra, agradecer muito a atenção de todos os que estiveram aqui. Na última audiência, tivemos um trabalho extremamente profícuo e este também não será diferente. Eu queria dizer aos expositores que nós temos 10 minutos para cada um, porque, ao final, teremos mais condições de haver algum debate com o Relator, Senador Paulo Paim.

Convido para fazer uso da palavra o Dr. Miguel Velasquez, do Ministério Público do Rio Grande do Sul, do Centro de Apoio de Direitos Humanos.

**O SR. MIGUEL VELASQUEZ** – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Quero somente agradecer o convite. Estou honrado de estar aqui integrando a Comissão. Ao Senador Paulo Paim, também minhas homenagens. Eu diria que o Rio Grande do Sul está muito bem servido de Senadores, que nos honram muito com suas presenças no Parlamento.

Evidente que, inicialmente, não poderia deixar de lamentar toda a tragédia que aconteceu em Santa Maria que é, inclusive, minha terra natal. Estive lá na ocasião dos fatos. Infelizmente, essa tragédia efetivamente está exigindo de nós uma nova postura com relação ao problema. No âmbito do Ministério Público – e eu vou procurar ser bastante objetivo –, nós tivemos um grupo de promotores que atuaram na questão de Santa

Maria. Eles fizeram toda uma análise e apresentaram ao Procurador-Geral de Justiça sugestões de atuação do Ministério Público no tocante à fiscalização sobre esses estabelecimentos e eventos, enfim.

Pois bem, dentro das recomendações passadas pelo Dr. Eduardo de Lima Veiga, que é nosso Procurador-Geral de Justiça, ele colocou que se recomendasse aos Prefeitos Municipais que fizessem uma fiscalização em todos os estabelecimentos públicos e privados que recebam aglomeração de pessoas e que, se fosse constatada alguma omissão ou responsabilização, o Ministério Público pudesse e devesse adotar medidas judiciais e extrajudiciais para a correção do problema ou até mesmo chegar à medida de interdição. Também nesse contexto, encaminhou aos promotores de justiça uma recomendação no tocante às fiscalizações para que fosse encaminhada aos comandantes do Corpo de Bombeiros, e a recomendação também foi para todas as instituições às quais compete fazer a fiscalização.

Eu gostaria de trazer algo que nós estamos usando dentro do Ministério Público, lá no Centro de Apoio de Direitos Humanos, algo que nós estamos fazendo com as instituições de longa permanência, os antigos asilos. Nós fizemos todo um trabalho, e já foi adotado pelo Ministério Público, inclusive assumido por nossa Corregedoria-Geral de Justiça, que é o de fiscalizar todas essas instituições de longa permanência. E, dentro do relatório que os promotores são obrigados a encaminhar à Corregedoria de Justiça, deve constar a fiscalização que fizeram nessas instituições. Pois bem, dentro disso, nós poderíamos colocar que também é possível fazer com que as autoridades responsáveis, os Municípios, encaminhem periodicamente relatórios de fiscalização nesses estabelecimentos, encaminhem ao Ministério Público para que o Ministério Público possa tomar conhecimento da atuação das prefeituras com relação às fiscalizações. Isso poderia ficar inserido nessas atribuições e, depois, se o Ministério Público não receber esses relatórios, instaria a prefeitura a encaminhar e apresentar esses relatórios.

Uma das questões que também consideramos importantes diz respeito à qualificação técnica de quem faz a vistoria e a fiscalização. Eu conversei, inclusive, com o colega Maurício Trevisan, que é o promotor de justiça lá de Santa Maria, e chegamos à conclusão de que comungamos de uma opinião. Nós achamos que essa espécie de fiscalização não pode estar afeta ao Corpo de Bombeiros tão-somente, sobretudo por ação delegada com curso muito pequeno a soldados e sargentos do Corpo de Bombeiros para fazer uma fiscalização. Isso exige, a nosso juízo, uma qualificação técnica e deveria ser feito por engenheiros ou

arquitetos. Eles devem assinar uma responsabilidade técnica com relação a esse trabalho, porque, efetivamente, o que se tem demonstrado é que a verificação feita pelo Corpo de Bombeiros se mostra muitas vezes insuficiente para que se tomem as medidas mais adequadas. Isto se percebeu lá em Santa Maria: com todo aquele problema que houve lá na boate, ainda havia um alvará favorável ao funcionamento daquela casa.

O Ministério Público está designando os promotores lá do Rio Grande do Sul que atuam na ordem urbanística para fazer essa espécie de fiscalização. Nós contamos também com o Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística, que pode ser um catalisador e receber todas as fiscalizações feitas no Estado para verificar, como nós estamos fazendo com os asilos, a regularidade. Inclusive, depois podemos expedir recomendações às próprias instituições diretamente, ao Município ou a quem tenha a responsabilidade de fiscalizar esses estabelecimentos para que eles adotem as correções necessárias.

Outra questão que preocupa bastante o Ministério Público são os prédios públicos, sobretudo escolas, que não têm um plano de prevenção de incêndio. Apesar de haver exigência legal para que isso seja feito, nós sabemos que o dado de realidade é assustador. Mais de 50% dos estabelecimentos não possuem um plano de prevenção de incêndios, e tampouco locais que acolhem idosos.

Ora, me parece que se faz necessário, neste exato momento, até em função de dado de realidade com que é importante trabalhar, que o Estado deva estabelecer um cronograma e eleger algumas prioridades para que essas alterações sejam feitas, e que seja um prazo fixado em lei. A exemplo do que se faz com alguns planos de educação, em que há um plano decenal e tudo o mais.

Nós mesmos, dentro do Ministério Público, para atender a resolução do Conselho Nacional do Ministério Público, estabelecemos hoje um cronograma de prioridade para tornar todos os prédios do Ministério Público gaúcho acessíveis.

É necessário que as obras já sejam fiscalizadas desde o início também com relação à questão da prevenção de incêndios. Existem condomínios que precisam se adequar. Infelizmente, é outra questão que estamos vendo. Fui ver no meu próprio prédio que nossas alternativas de saída precisam ser revistas – e nós vamos revê-las. Esse é outro trabalho que é importante fazer.

Penso que a saída é justamente essa. Os promotores de Justiça recebendo esses relatórios, há a possibilidade de ingressar com ações, com pedidos ou de reforma ou até mesmo a medida extrema de interdição.

Eu quero passar à Presidência, ao Senador Relator, as recomendações que foram expedidas pelo Procurador Geral de Justiça a todos os promotores do Estado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Velasquez, pela exposição no tempo absolutamente regulamentar.

As informações que V. Ex<sup>a</sup> traz não são diferentes daquilo que foi tratado aqui nas audiências públicas anteriores. Aliás, são uma complementação do que nós já ouvimos aqui, e concordamos nessa questão da especialização. Mas na hora dos debates vamos ampliar os nossos questionamentos a V. Ex<sup>a</sup>.

Eu convido agora para fazer uso da palavra o diretor da Confederação Nacional das Profissões Liberais, Ricardo Nerbas.

**O SR. RICARDO NERBAS** – Quero cumprimentar a Senadora Coordenadora da Mesa, gaúcha, Senadora Ana Amélia, cumprimentar o Senador Paulo Paim, nosso Senador, Senador dos trabalhadores, cumprimentar os colegas de Mesa, e os que estão nos acompanhando neste debate.

Quero aproveitar e fazer uma justificativa. O Presidente da Confederação não pôde estar presente, porque ele está, neste momento, abrindo o primeiro curso sindical da Confederação das Profissões Liberais. Então, ele me incumbiu desta tarefa, que muito me orgulha. Agradeço o convite.

Sobre o tema, o ocorrido, a tragédia que ocorreu no Rio Grande do Sul, mais precisamente em Santa Maria, no dia 27 de janeiro, amplamente divulgada pelos meios de comunicação, que estamos debatendo inclusive até hoje, uma coisa extremamente lamentável, eu gostaria de ressaltar alguns números que julgamos importantes.

Primeiro, o número da superlotação na boate, uma coisa assustadora, quase o dobro de pessoas que a casa permitia. Então, há um gravíssimo equívoco aí.

Segundo, um número assustador de pessoas falecidas, não são 241 pessoas, o que representou 24% das pessoas que estavam lá dentro, um número assustador, 24% das pessoas. E eu queria dizer para vocês que trabalhavam na casa 35 funcionários. Desses 25 funcionários, no dia, Senador Paim e Senadora Ana Amélia, estavam trabalhando 23 funcionários e faleceram 19, ou seja, 82% dos trabalhadores que estavam trabalhando naquele momento pagaram com o maior preço que alguém pode pagar, com a sua própria vida.

Uma das trabalhadoras, a Janaína Portela, uma moça de 19 anos, Senadora, foi trabalhar no lugar da mãe, ou seja deixaram mais essa irregularidade, ela foi trabalhar no lugar da mãe, uma copeira, e essa moça conseguiu sair, mas faleceu na terceira entrada

na boate para ajudar a socorrer pessoas. Eu já faço aqui uma primeira indagação: quem deixou essa moça, quem era responsável por esse combate ao incêndio, essa tragédia, e deixou essa moça, essa menina, entrar três vezes lá dentro para vir a falecer? Lamentável isso.

Bom, uma tragédia, seja qual for ela, um acidente não ocorre por fatos isolados. São vários fatos que contribuem sempre para uma tragédia. Pode estudar outros acontecimentos que tiveram no Brasil e vocês vão comprovar isso. No caso da boate Kiss, nós vimos lá, inclusive mostrou na televisão e nós vimos isso de forma muito clara: falha nos extintores de incêndio.

Se não tivesse acontecido aquilo, já não teria acontecido essa tragédia. Então, foi a primeira falha.

Falha na sinalização! As pessoas não sabiam para que lado ir e foram para lados errados, entende? Então, outra falha. Esse fato minimizaria.

Rota de fuga com obstáculos! É um absurdo um troço desse.

Materiais inadequados! Utilização de materiais inadequados. Isso ocorreu e ocorre em todos os lugares deste País, por uma coisa chamada normas omissas. Sobre as normas, acho que isso aí é uma coisa extremamente importante de revermos. As normas de materiais usados, podemos dizer em tudo, mas principalmente onde se tem acesso público.

Outro fato que ocorreu, além da superlotação, é a responsabilidade da banda, todo mundo já sabe disso, não é?

Fiscalização ineficiente da Prefeitura. Fiscalização ineficiente dos Corpos de Bombeiro.

Normas e legislação ineficientes no Brasil. A legislação trata isso de forma muito superficial e as normas dizem muito pouco.

Bom, em cima disso, nós temos algumas sugestões. O Parlamento já está fazendo, esta Casa já está fazendo, a gente está acompanhando o debate, que é revisar as normas, as legislações de segurança contra incêndio, contra pânico, contra primeiros socorros e para lugares públicos. Não só incêndios, nós temos que focar em todas as possibilidades de tragédia e fazer uma ampla revisão na legislação brasileira e nas normas brasileiras.

Que a fiscalização, nós não podemos também neste momento ser corporativistas. O poder público é responsável por isso. Então, quem tem que fazer essa fiscalização, no nosso ponto de vista, é a Prefeitura e o Corpo de Bombeiro, sim.

Então, nós achamos que as fiscalizações, tanto da Prefeitura, quanto do Corpo de Bombeiro, nós temos que tornar essas fiscalizações, através de legislação, mais transparentes, mais claras, mais rígidas e o mais correta possível.

E uma outra coisa é que nós achamos também que devemos tornar obrigatório o treinamento dos funcionários de estabelecimentos de concentração de público, as pessoas que atuam como trabalhadores, tornar obrigatório o treinamento de primeiros socorros e combate a incêndio.

Essas são as nossas sugestões, da Confederação. Em nome da CNPL, quero agradecer aos Senadores. Obrigado, Senadores, Senadora Ana Amélia, Senador Paim.

Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– Muito obrigada, Ricardo, pela objetividade e a oferta de medidas bem pontuais a respeito disso. Já havia, até agora, um conflito das duas exposições a respeito da questão da fiscalização. Quem faz a fiscalização e como fazer. Esse vai ser tema do nosso debate.

Quero agradecer a presença do nosso Vice-Presidente, desta Subcomissão, Senador Cyro Miranda, do PSDB de Goiás, que tem até um requerimento também como do Relator.

Passo, imediatamente, a palavra ao Presidente da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho, Armando Henrique, da Fenatest. Por favor.

**O SR. ARMANDO HENRIQUE** – Senadora Ana Amélia, Senador Paulo Paim, nosso Senador goiano,

demais componentes da Mesa e os nossos convidados aqui presentes para apreciar este debate, agradeço o convite para representar aqui talvez o maior contingente de pessoas deste País que atua 100% na prevenção, que são os técnicos de segurança do trabalho, estou falando aqui em nome de mais de 200 mil profissionais. Nós somos organizados em sindicatos em 26 Estados e a Federação representa esses sindicatos estaduais.

A minha fala aqui, Senadora, vai ser meio na ótica de técnico especialista na área de prevenção, mas também na visão de trabalhador, porque eu também represento aqui a Força Sindical Nacional, da qual sou diretor.

Deixarei as questões mais técnicas aos técnicos que estão aqui compondo a mesa. Não dá para deixar de trazer a debate algumas questões de fundo e de princípio, que são fundamentais para que a gente possa fazer uma avaliação do nosso passado, o nosso presente e, com isso, construirmos um futuro menos traumático, como temos até agora na questão da prevenção.

Eu sou geração dos anos 72, quando o edifício Andraus, em São Paulo, pegou fogo, que virou manchete mundial, virou até filme com recorde de bilheteria. Morreram trinta e poucas pessoas. Naquela ocasião eu percebi que saíram predominantemente nos jornais discursos e mensagens de governantes, políticos

e até de pessoas de nível técnico, empresários, que sentiam pelo ocorrido.

Dois anos depois, veio o edifício Joelma, com 181 pessoas mortas. A reação foi exatamente a mesma. De lá para cá vem acontecendo 2.000 incêndios de grandes proporções por ano no Brasil; desses 2.000 incêndios, lamento aqui informar aos nossos políticos que, dos meus companheiros técnicos de segurança, só nos últimos três anos morreram quatro, combatendo incêndios nas empresas.

Aí vem a pergunta: o que estamos fazendo para reverter essa história traumática? Eu acho que vontade, Senador Paim, nós temos muita. Temos muitos atores que se dizem interessados pela causa, porque a causa é boa, a causa é de alto interesse social. Esses interesses, essas ações não estão convergindo. Vivemos no Brasil, com relação à prevenção, uma verdadeira torre de babel. E aí associo a prevenção de incêndio com a segurança do trabalho. Não dá para desassociar, porque no fundo é um acidente de trabalho. Esses 23 trabalhadores estavam no exercício da profissão, dos quais, foi-me dito aqui, 20 faleceram.

E nós hoje, em 2013, ainda vemos a prevenção como custo pelos empresários, e não como investimento. Nós vemos a política como algo que não gera, não dá voto, porque não tem impacto eleitoral. Desculpa ser muito franco em relação a essa questão. Nós vemos os técnicos se acotovelando entre si sobre competência: quem deve assinar laudo do que, quem é habilitado para quê. E muitas vezes, o verdadeiro interessado, que é o trabalhador e aquele que milita lá na prevenção, lá na ponta, sequer é ouvido.

Senadora, eu posso te garantir com todas as letras que o edifício Joelma, o edifício Andraus, a boate Kiss, se tivessem, nesses estabelecimentos, um trabalhador, naqueles ambientes, com 20 horas de treinamento, de qualificação em prevenção – a lei estabelece, de forma muito clara, companheiro, promotor do Rio Grande do Sul, que toda empresa tem que ter a sua Cipa qualificada, tem que ter seu designado de Cipa qualificado, tem que ter seu técnico de segurança tempo integral ou parcial qualificado e orientando, apontando os riscos, buscando solução, fazendo gestão acima de tudo –, se tivesse tido um mínimo de gestão nesses ambientes de trabalho, certamente ninguém teria morrido; certamente ninguém teria morrido. Mas nós continuamos ainda correndo atrás do prejuízo e trabalhando em cima daquilo que é um papel muito bem feito pelos bombeiros, apagando fogo, em vez de prevenir o fogo.

Na questão do incêndio, nós temos um problema a resolver, porque a legislação federal diz uma coisa, as estaduais dizem outra, as municipais às vezes nem

dizem, porque nem existem. O retrato real da situação é que hoje só 14% dos Municípios no Brasil têm Corpo de Bombeiros. Isso é uma vergonha! Quatorze por cento dos Municípios no Brasil têm Corpo de Bombeiros e, acima de tudo, absurdamente insuficiente para atender a demanda, pessoal malpreparado, sem recurso econômico, estrutural para trabalhar, para atuar se não na prevenção, pelo menos no combate. Esse é o retrato que temos.

Eu tenho visto aí propostas e propostas, mas vejo com muita simpatia, apesar de já termos leis demais, que se crie algo que convirja. Uma das propostas, que até vou deixar às mãos da Senadora, foi elaborada pelo nosso comandante do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, Paulo Chaves, que propõe que se quebre o paradigma de achar que prevenção de incêndio é só coisa de bombeiro militar. Entendam que isso é um problema de ordem social, de ações de trabalho, sim. Com isso, podemos ampliar mais nosso universo de especialistas ou de voluntários, de pessoas que tenham condição e qualificação para combater essas tragédias. Aí vem a proposta de se criar um código nacional de prevenção e combate à incêndio. Se é com esse formato de código ou não, o fato concreto é que nós temos que ter uma legislação diferenciada da que temos hoje. Não criar, mas talvez achar um mecanismo para fazer com que se harmonize essa legislação, quiçá seja o código o indicativo para essa questão.

Com tudo isso, eu afirmo mais uma coisa: no nosso movimento de trabalhadores nós temos uma coisa muito clara. Por mais que se faça, em nível de legislação, por mais que se faça, em nível de fiscalização, que acho que a fiscalização também, promotor, não pode ser monopólio de profissão. A fiscalização tem que ser compartilhada e, acima de tudo, é preciso ter um controle social da fiscalização. Nossa fiscalização, de modo geral, tem sido ineficaz em quase todos os campos das relações de trabalho, não porque os auditores são ruins, mas sim porque a quantidade e as condições não permitem que se faça algo melhor. Eu só vejo solução para isso no formato de controle social em que a sociedade organizada também assuma parte desse compromisso de fiscalizar esse ambiente de trabalho, acima de tudo, fazendo o controle e a fiscalização. Hoje com a modernidade tecnológica que temos, é muito fácil fazer isso. Falta é vontade, acho até que falta um pouco de vontade política.

Concluindo, Senadora, nós entendemos que, por mais que se faça, se não houver um mecanismo de controle social das questões de prevenções de acidentes nos ambientes de trabalho e que a questão da prevenção de combate a incêndio é parte desse conjunto, se não houver controle social nessa questão,

eu acho que qualquer iniciativa tende a não produzir o efeito que a gente espera.

Finalmente, só dando os números. São 700 mil acidentes de trabalho por ano no Brasil com gravidade; 3.000 mortes nos ambientes de trabalho; 15 mil trabalhadores sofrem acidente com lesão e sequela definitiva. Ou seja, temos um problema maior do que as guerras que acontecem pelo mundo, em termos de baixa dos nossos trabalhadores, e a questão da prevenção dos incêndios, das explosões, das tragédias é um forte componente nesse conjunto de resultado.

Muito obrigado, senhores.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Armando Henrique, pela avaliação. Queria lhe informar, além de lhe agradecer pela documentação entregue, que já passo de imediato ao nosso Relator, que a exposição feita aqui pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, referido por V. Ex<sup>a</sup>, é extremamente, digamos, elogiosa do ponto de vista do que é feito lá em São Paulo na área da prevenção. São mais de 1.200 palestras, simulações nas escolas públicas de atuação no Estado de São Paulo, para mostrar e levar a educação de prevenção já para o conhecimento das crianças. Só dou esse exemplo porque confirma com sua informação a respeito de que é preciso também um controle social.

Passo de imediato a palavra ao Diretor da Central Única dos Trabalhadores, Carlos Alberto Pauletto.

**O SR. CARLOS ALBERTO PAULETTO** – Obrigado, Senadora, obrigado, Senador Paulo Paim, cutista, é uma satisfação, estou de feliz de estar aqui com uma Mesa tão qualificada para discutir esses temas.

A boate Kiss, fica bem claro, era uma arapuca, uma armadilha preparada para a qualquer momento explodir. Anotei aqui algumas coisas:

- uma porta de saída;
- dificuldades imensas para o pessoal se deslocar;
- sinalização interna precária. Pessoas foram para o banheiro e ali morreram porque acharam que era a saída, pela dificuldade de sinalização;
- extintores sem condições de funcionamento. Lamentável! Isso é uma coisa básica, não tem cabimento isso aí;
- funcionários despreparados. Uma coisa gravíssima, maior, porque se o funcionário está preparado, ele vai enxergar que há problema de sinalização, que há problemas no extintor, então isso é fundamental nesse processo aí. O trabalhador de qualquer local, hospital, em qualquer segmento onde há concentração de gente, Senadora e Senador Paim, é fundamental que tenha um preparo. Ele pode fazer um preparo com os Corpos de Bombeiros anualmente, semestralmente.

Isso dá um preparo básico para poder salvar gente, o que é fundamental;

– a superlotação da casa, que é uma barbaridade. Esta é a lógica do capital: ganhar dinheiro. E lamentavelmente havia uma população exagerada lá, o que dificultou muito na hora do sinistro;

– material de péssima qualidade. O material da acústica lá, por exemplo, era altamente tóxico, perigosíssimo; 90% das pessoas morreram intoxicadas, não pelo incêndio, e isso por quê? Material barato, inflamável. E há material hoje, sabidamente até pelo nosso Presidente, o Capoani, e pelo Presidente da Federação dos Técnicos de Segurança do Trabalho também, que são um pouco mais caros, e hoje não são tão caros os materiais, que não seriam inflamáveis e salvaram uma enoriedade de pessoas.

A sugestão da CUT é que seja ampliada a fiscalização. Acho que a única instituição que tem capacidade de fiscalizar e de estar presente em todo o Brasil é a prefeitura, porque se formos pegar, por exemplo, o próprio sistema Confea/Crea, que vai fiscalizar esse profissional e já aproveita para verificar se tem Plano de Prevenção – e até diria para o Dr. Velasquez colocar responsável técnico, não apenas engenheiro e arquiteto, mas técnicos de segurança de trabalho como responsável por esse programa, porque há carência desse profissional, tendo em vista o crescimento econômico do Brasil, então, é fundamental que se amplie e se coloque responsável técnico, porque está qualificado no processo, no preparo.

Então, acho que a prefeitura seria o grande caminho para fazer a fiscalização. O Sistema Confea/Crea, a própria sociedade... Até se comentou, os pais não foram até o local para verificar onde os filhos estão? A tristeza de ver um pai enterrar um filho ou dois filhos é uma coisa absurdamente lamentável. É uma tristeza.

Então, eu colocaria mais um item, Senadora, o PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais para o trabalhador e o LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho, porque, como falei antes, se se tivesse um ambiente favorável ao trabalhador, um funcionário qualificado e preparado, com certeza, esse sinistro seria minimizado para caramba! Como falei antes, 90% ou mais morreram por material de baixa qualidade. Não foi nem por queimadura. É uma tristeza muito grande a gente ver que foi mais um fator de economia do que propriamente uma questão de trabalhar com a segurança.

A ignorância nesse assunto é tão grande que as pessoas só se lembram quando há uma tragédia. Por isso, parabenizo aqui essa audiência pública, porque é uma oportunidade de realmente se fazer uma legislação única, mas acho que o maior fiscalizador...

Temos um problema no Brasil muito grande. A legislação é boa, mas a fiscalização é péssima. Temos carência. Não é uma questão de legislação. Também é legislação, e ela vai sair daqui, com certeza, nacional, mas a questão maior é fiscalização. Não temos fiscalização. Há uma carência de agentes. Então, acho que realmente tem que se incorporar todo um processo e uma punição forte, Senadora e Senador Paim. Acho que para esse tipo de tema tem que ter uma punição forte. Para aquela casa que é pega irregular, tem que haver punição, porque infelizmente o pessoal só sente quando é no bolso. Então, ficaria muito forte nessa questão que é a fiscalização, que é fundamental. A legislação, é óbvio, tem que sair daqui para ter um plano nacional, mas a fiscalização...

Vejo que as prefeituras são a única instituição preparada e presente em todo Brasil. São 5,5 mil Municípios, creio, e acho que por aí se poderia ir preparando bem o trabalhador, e punição pesada quando encontrar irregularidade. Acho que poderíamos caminhar por aí.

Obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada ao Letto pela contribuição – também rigorosamente no horário – e pela objetividade das colocações.

Passo agora a palavra ao engenheiro Alcides Capoani, que é o Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) do nosso Estado, o Rio Grande do Sul.

**O SR. LUIZ ALCIDES CAPOANI** – Boa tarde, Senadora, nossa conterrânea – parabéns por fazer esse debate –, nosso Senador Paim, que em várias oportunidades esteve no Conselho do Rio Grande do Sul, e demais debatedores.

Quero saudar aqui o Coordenador do Colégio Presidente, o Jary, o Presidente do Crea-MS, Presidente Flávio, Presidente do Crea-DF, que estão aqui representando os demais presidentes de todo o País. Vejo aqui o Coelho, que é uma liderança do Estado do Rio Grande do Sul. Nossos coordenadores, nossos inspetores estão aqui. Enfim, senhoras e senhores.

O Crea do Rio Grande do Sul já fez um parecer técnico sobre essa questão toda que se falou, Senadora, mas a nossa manifestação aqui será no sentido de fazer uma reflexão.

Quando acontece uma tragédia com duzentos e quarenta e poucos jovens, está em 241, 247 e vai indo, tomara que pare, não é por acaso. As causas são sistêmicas. Logo no início quando a imprensa me procurava eu dizia que somos todos culpados, porque queriam achar culpados. Todos queriam achar culpados. Eu dizia que somos todos culpados.

Legislação tem, leis têm, mas é um emaranhado de leis. E vou dizer uma frase forte aqui porque a gente tem que chamar a atenção: quer medir o governo, e isso é universal, pela corrupção ou pelo número de leis. Nós, engenheiros, dizemos que é inversamente proporcional ao número de leis. Isso tem que ser dito.

Vi aqui várias manifestações e, com todo respeito que tenho ao Ministério Público, ao Ministério do Trabalho, temos que fazer uma análise. Na nossa opinião, e tenho dito desde que assumi o Crea do Rio Grande do Sul, se não fiscalizarmos de forma integrada, não existe fiscalização. Existe fiscalização e não existe. Vai o Ministério Público, faz um TAC e não comunica ninguém; vai o Crea, fiscaliza, mas tem poder limitado. Não temos o poder de embargo. Alguém falou que tinham trabalhadores. Tinham e morreram. Onde está o Ministério do Trabalho, que diuturnamente embarga obras que têm profissionais com responsabilização. Ele vai e embarga! Então, são dois pesos e duas medidas.

Ele falou aqui da fumaça. A lei existe, mas temos que atacar o que interessa. Mais de 80% das mortes no mundo são pela fumaça. Repito, mais de 80% das mortes do mundo são pela fumaça. Procurem nas normativas. Não estou falando... A lei existe. Sei, e está aqui o colega Flávio, a questão das normas, mas ela tangencia, e temos, nós, profissionais que somos formados para isso, mecanismos de projeto em que a gente pode fazer a tiragem da fumaça. É muito simples, mas tem que obrigar.

Quando fizeram essa lei no Rio Grande do Sul, quando fizeram esse projeto, eu não era Presidente do Crea. O projeto, meu caro colega do Ministério Público, não pode ser do Ministério Público, não pode ser do Crea, não pode ser do Corpo de Bombeiros, não pode ser da municipalidade, não pode ser dos técnicos. Tem que ser um projeto conjunto. E esse foi o grande erro! Qualquer projeto que seja corporativo, e o Senador Paim tem experiência, não pode ser só do trabalhador. Tem que ser um projeto do trabalhador, do empresário, da sociedade. Aí, sim!

Estamos aqui para quê? Estamos aqui para proteger a sociedade. Então, essa reflexão podemos cabotear. Não adianta achar culpado e dizer que foi isso, que foi aquilo, que não tinha isso. O relator diz, e é bem simples, Senador: basta vontade. Todo mundo quer fiscalizar agora. É pegar o poder. E foi o que aconteceu. Tenho vários amigos no Corpo de Bombeiro e dizíamos isso, Senadora. Falávamos, só que ninguém nos ouvia. É claro, morreram duzentos e poucos jovens, e a imprensa veio em cima.

Meu caro colega do Ministério Público, não pode! O Ministério Público já mandou uma lei para o Governador. Disse para o Governador que temos que con-

versar. Os prefeitos... Quem paga essa conta? Senão vamos formar um projeto que é inexecutável. Temos que ter esse cuidado. O projeto tem que atender a segurança e a sociedade. Vamos fazer sabe de que forma? De forma integrada, no meu entendimento. É tudo em conjunto, inclusive com o Judiciário. Quando o juiz dá uma liminar, ele tem que ouvir alguém para saber que liminar ele está dando. Tem muita injustiça? Tem, e o juiz tem que dar liminar, mas tem que estar baseado em um conhecimento técnico.

O bombeiro tem o maior respeito. Antes eram heróis. Até esses dias, eram heróis. Quero defender os bombeiros. Continuam sendo heróis. Não têm equipamento. Eles não têm formação. Eles não têm e não têm. Agora, só que jogaram, e aí que vem a corporação... Eles não tinham essa capacidade de pegar esse problema todo. Infelizmente, aconteceu no Rio Grande do Sul, e que agora sirva de exemplo para que façamos uma legislação, e é simples, no meu entendimento.

O Brasil tem diversas... É diferente. No Nordeste é de um jeito, no Rio Grande do Sul é diferente o clima, mas o fogo queima em todo o Brasil igualmente.

Senadora, uma legislação simples, transparente, que diga o papel da cada um: prefeitura, Estado, Bombeiro, Crea, Ministério Público, Judiciário, enfim, todos os envolvidos. Mas tem que ser claro, senão fica esse jogo de empurra empurra. Todo mundo tinha o poder antes, mas, quando morreu, ninguém mais quer saber do poder. É isso que aconteceu e que a sociedade brasileira viu. Temos que dizer isso.

Então, o que resta agora, Senadora? O que passou passou. O mínimo que podemos deixar para as famílias enlutadas é um projeto para que não aconteça mais esse tipo de desastre. Todos temos filhos dessa idade. Esse projeto tem que ser simples. Ele tem que ser desprovido de corporações. Se for o Crea que fizer, o Conselho Nacional, não vai atender os interesses da sociedade, porque será corporativo, e temos que assumir isso. É difícil dizer, porque os profissionais querem... Temos, sim, que estarmos presentes onde temos o conhecimento; os Bombeiros, onde têm o seu conhecimento – combate a incêndio, salvar vidas. Esse é o papel dos Bombeiros e eles são treinados para isso.

Eu não gosto nem de ouvir falar em plano de prevenção contra incêndio – é projeto! Porque quem é profissional sabe que é um projeto complementar. Quando tu fazes uma edificação, um projeto arquitônico, de fundações, elétrico e hidráulico, até para poder responsabilizar o profissional.

Se não há projeto... ela não tinha projeto! É um papel que se fazia lá, aquele SIGPI. Mas isso tudo passou, Senadora, bem simples, tem que ter algumas linhas mestras federais. Por exemplo, vou citar... a ques-

tão do profissional não pode fugir. Qual é o papel do Município, do Corpo de Bombeiro, quem tem o poder? Cada um, claro. A fumaça... isso é simples.

Dá para colocar em uma mão o que se precisa exigir em nível nacional. Eu ouvi falar aqui e anotei do colega... relatórios periódicos não adiantam. Existe uma lei de inspeção, porque o Estado também não condições de fazer. E aí vão dizer: "Qual é o preço? Quanto vale uma vida?" Existe, o Rio Grande do Sul já tem, o projeto de manutenção e inspeção. A cada ano, cada dois anos, passa um profissional, faz um *check list* e se responsabiliza por aquilo.

Ele avia aquela maldita espuma e manda para o Ministério Público esse laudo técnico com um profissional que se responsabiliza; se há um sinistro, ele tem o conhecimento e, quando se tem o conhecimento, não se pode dizer que não sabia.

Aí, sim, nós vamos trabalhar de forma integrada, meu caro colega.

Então, eu coloco aqui o Crea do Rio Grande do Sul à disposição do Senado, da Câmara Federal, do Ministério Público, como fizemos na Assembleia Legislativa. Os Municípios, a Famurs, os empresários têm que estar presentes nessa discussão, para nós fazermos, Senadora, um projeto nem muito para cá nem muito para lá e que atenda aos interesses da sociedade.

Era isso que eu tinha a dizer. E coloco-me à disposição.

Obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Capoani, pelo entusiasmo como aborda e defende as suas ideias.

Quero lhe dizer que as suas posições não foram nada diferentes do que as do Presidente do Confea, que é a entidade federal da categoria dos engenheiros e agrônomos, e que aqui também defendeu regras claras, simples e de validade nacional. Esse conflito de competências entre os Municípios, Estados e até a União tem gerado dificuldades, até mesmo no momento em que a Defesa Civil chegou a Santa Maria, no caso da boate Kiss.

Quem tinha que fazer a interlocução? Nesse caso, é o poder federal que tem prerrogativas maiores sobre os demais poderes, mas isso não está escrito ou, se está escrito, está se lidando com pessoas, com autoridades, com competências definidas também na própria Constituição, seja na Carta Magna ou nas Constituições dos Estados.

Então, é corrente o pensamento de que precisamos dessas regras claras e simples para que haja uma compreensão disso.

Para encerrar o nosso quadro de expositores, convido agora para fazer uso da palavra o Clayton

Faria Machado, Presidente do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes de Brasília, que representa a Confederação Nacional do Comércio.

**O SR. CLAYTON FARIA MACHADO** – Boa tarde, Senadora, Senador Paim, em nome de quem cumprimento toda a Mesa. Boa tarde, demais Parlamentares, senhoras e senhores.

Inicialmente, o que eu gostaria de registrar é que, como empresário e representante da CNC e Presidente do sindicato patronal de hotéis, bares e restaurantes do Distrito Federal, não conheço o dono da Kiss, não tenho parentes em Santa Maria, não sei sequer se ele era associado a seu sindicato – e isso também não faz nenhuma diferença –, mas faço esse registro para ficar totalmente isento na colocação que farei.

Sem nenhum demérito a todos que me antecederam, eu gostaria de parabenizar o Sr. Luiz Alcides Capoani, que trouxe exatamente o nosso sentimento e o sentimento da nossa base em Brasília, depois de várias reuniões sobre o ocorrido em Santa Maria.

Quero iniciar com um exemplo pessoal. Moro em um hotel em Brasília, num *flat* que me pertence, comprei. Assim que aconteceu esse acidente, tive o cuidado de ir visitar as saídas de emergência do hotel. Não havia. Ou seja, estavam bloqueadas. Sou Presidente de sindicato, morador do hotel e, se acontecesse lá um incêndio, eu poderia também não estar aqui agora.

Eu chamo a atenção para isso, porque, se não me falha a memória – não quero cometer injustiça – nessa semana parece que ouvi no noticiário, nesta Casa, uma série de saídas de emergência também bloqueadas, na Câmara e no Senado.

Eu trouxe aqui para os senhores – vou pedir licença para mudar um pouquinho o tema, para enriquecer o que a gente está discutindo – matérias, só do Correio, nesta semana. Todo mundo fala de empresário, de fiscalização, de bombeiro, mas eu não ouvi, desde o fato de Santa Maria, ninguém falar da responsabilidade civil de cada um de nós enquanto cidadão. Todos, ou pelo menos a maioria daqueles que conheço, optam por deixar de cumprir seus deveres e sequer cumprem o seu direito de exigir aquilo que lhe é, de acordo com a nossa legislação, facultado como direito.

Do dia 24 de abril: "No País do jeitinho, é tentador burlar a lei". Pesquisa revela que a maioria dos brasileiros quer levar uma vida honesta, mas admite que a falta de punição estimula desvios.

Atravessar fora da faixa de pedestre é uma das três infrações mais cometidas pelos brasileiros, segundo a FGV. Agora, coitado de cada um de nós, que dirige, se atropelar uma mulher dessas, que não está cumprindo seu dever de cidadão, que é uma lei, que ela tem que atravessar uma faixa. Esse é um.

Temos outro do dia 23: "Transporte irregular". Nos últimos cinco anos, despencou o total de veículos recolhidos nas operações contra a pirataria no DF. Falhas no serviço 190, limitações impostas pela legislação e falta de estrutura dos órgãos de fiscalização facilitam o serviço clandestino. Flagrantes caíram quase 70%.

Está aqui, foi outra matéria, em outro contexto.

Dentro do mesmo contexto, da pirataria, do dia 24: "Transporte irregular". Na Candangolândia, os responsáveis por explorar o esquema montaram ponto fixo como se fosse uma empresa. Mercado começou a atrair a atenção de loteiros – como eles gostam de ser chamados – de outras unidades da Federação. Máfia dos piratas tem até escritório.

É comum nós ouvirmos, lemos, em todos os meios de comunicação: o cidadão tinha 15 passagens pela delegacia, outro tinha 10, outro tinha 5. Como é que pode alguém ter 15 passagens por uma delegacia? Parece que ele está fazendo uma faculdade na vida do crime: primeiro ele rouba, depois ele furtá, aí ele te dá uma esfaqueada, até conseguir ter coragem e profissionalismo para matar, como aconteceu, antenem, com um casal, na 210 norte. Ou seja, é uma verdadeira faculdade que as nossas leis e o nosso Estado permitem que o cidadão faça.

Então, temos aí uma convivência generalizada. Enquanto está bom, está tudo bem, maravilhoso. Ninguém exige seus direitos e, muitas vezes, também opta por descumprir seus deveres, como já citei. Primeiro é preciso acontecer a tragédia para depois identificarmos os responsáveis, invariavelmente desconhecidos. Criar dificuldade para liberar alvará e depois esquecer a autorização dada resultará sempre em tragédia. Quem viver, verá.

Em Brasília, em particular, nós levamos de oito meses a um ano, ou mais, para conseguir um alvará. Depois de liberado o alvará, é comum, durante os próximos dez anos, ninguém aparecer nas nossas portas. Oito, dez, todas as fiscalizações.

Quero fazer um relato para vocês terem ideia da capacidade, da competência dos nossos agentes fiscalizadores. Existe uma norma da Anvisa e da Divisa – Divisão Sanitária de Brasília/DF – que proíbe a qualquer cidadão adentrar no ambiente de circulação de um restaurante sem a devida touca, máscara, e por aí vai. Num determinado restaurante de Brasília, foi fiscalizado, foi exigida uma série de situações, ele arrumou tudo, fez, chamou a entidade fiscalizadora para rever e poder dar o o.k. para ele poder pegar o alvará. Pasmem vocês: o cidadão fardado – a entidade é o bombeiro – chegou lá, tinha que entrar na cozinha para ver se a válvula do gás estava instalada no subsolo, ele se recusou a colocar a touca para entrar na

cozinha e verificar o serviço feito. O empresário, sabiamente, não abriu mão: "O senhor só entra aqui se puser a touca, afinal de contas estou cumprindo outra lei". Pois ele não entrou e deu autorização.

Aí eu pergunto: onde fica a responsabilidade – com todo o pesar que temos e sentimos pelos familiares, ainda que não sejam parentes meus –, o direito e o dever desses jovens todos, lá no dia, de fiscalizar, de ver se podia estar lá. Vamos tirar esse pessoal da berlinda.

Eu imagino – não sei, estou aqui levantando uma hipótese – quantos Parlamentares, quantas autoridades devem ter ido nessa boate em eventos, na sua inauguração, em coquetel, evento social da cidade, e também não tiveram o mesmo cuidado? Por que na hora da desgraça tem que achar – como disse o nosso amigo do Crea – um responsável? É o empresário o responsável? Não. Não é não, somos todos nós! Sou eu que comprei um *flat* e não fui ver a saída de emergência. Somos nós que não fiscalizamos os nossos direitos. É preciso parar com essa mania de lei para empresário cumprir.

Aí, eu fiz aqui um breve relato, para vocês terem a noção do que um empresário passa, neste País: Impossibilidade de trabalhar naquilo que é nosso, naquilo que a gente faz. Por quê? Porque nós temos que cuidar do fumante, que fuma no salão do restaurante devidamente sinalizado dizendo que é proibido. Se não for tirado o cigarro dele e chegar um fiscal, eu dono do restaurante sou multado porque ele está fumando num local que está devidamente sinalizado que é proibido. Essa é a legislação atual que saiu desta Casa.

Do maior de idade que pede bebida alcoólica para o garçom e repassa ao menor que está acompanhado por ele. Essa é a mesma situação. Se eu, dono do restaurante, não proibir e chegar um fiscal da tutela, da fiscalização de menores, eu sou multado enquanto dono do restaurante, porque o senhor maior pediu uma cerveja e a está dando para o menor acompanhado por ele, por livre e espontânea vontade. E eu sou o responsável, nessa gestão educacional. Eu tenho que interferir. É essa a legislação vigente.

Eu sou responsável pelo ladrão roubando o carro na rua, porque senão o meu cliente não volta no meu restaurante. Eu tenho que tomar cuidado com isso, porque senão se diz: "Lá não vou, porque lá se rouba carro".

Do carro na vaga, porque também não tem e se chega o Detran, vai multá-lo na fila tripla, dupla, seja lá onde for.

Dos roedores e outros insetos: escorpião, rato. Asa Norte afora; Asa Sul, porque a cidade, que reco-

Ihe os impostos, não atua como deveria – o Estado – nessa prevenção.

Entre tantos outros compromissos, o de levar mensalmente o quinhão do sócio, que, independentemente da situação do mercado e tampouco da empresa, leva em torno de 36% de toda riqueza gerada. S. Ex<sup>a</sup> o Estado.

Ora, onde está esse dinheiro? Onde fica esse recurso que suadamente os empresários recolhem aos cofres públicos mensalmente? Tendo ou não condição? Eu acho que o processo está invertido.

Sinto em discordar da sua opinião e dos demais que acham que tem que mudar a Legislação. Concordo com o nosso Diretor-Presidente do Crea. Legislação tem de sobra! Rica e farta! O que precisa é um trabalho integrado, uma campanha de conscientização do cidadão, para que cada um de nós possa exercer os direitos e cumprir os deveres. Aí, sim, teremos a sociedade esperada. Aí nós teremos empresários que não podem hoje ser empresários; têm de fechar a porta do seu comércio, porque o que estão fazendo não é uma coisa boa para a comunidade.

Obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Clayton Faria Machado. Foi muito rica essa audiência pública, porque nós tivemos diversas abordagens aqui e todas elas têm os seus fundamentos e a sua relevância.

Eu, com

prazer, passo a palavra ao Senador Cyro Miranda, antes consultando se o Relator tem... Nossa Vice-Presidente, Senador Cyro Miranda. O Senador Paim regimentalmente lhe concede a palavra também.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Presidente desta Subcomissão e Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Ana Amélia. Obrigado Relator e amigo Senador Paulo Paim, sempre cumprimentando pela iniciativa de V. Ex<sup>as</sup>s por tomar providência mesmo depois da porta arrombada, o que muitas vezes não é usual.

Ouvi atentamente os nossos convidados e parabenizo cada um deles. Cada um teve um foco e a gente vai tirando disso que a audiência pública é para consubstanciar o relatório do Relator.

Eu me foco nas duas pontas aqui dos meus dois amigos: o Clayton e o Luiz. Leis existem demais. Sou Parlamentar nesta Casa e sou contrário ao que acontece aqui. Todo dia alguém chega com uma lei diferente. É aquele que, no plano de saúde, não foi atendido na hora. Ele vem aqui e fala: "Tive uma ideia". O outro entrou no elevador, é claustrofobo, então precisa ter uma janelinha não sei onde.

Todo dia se faz lei. Lei existe de sobra. Agora, falta punição.

Concordo também que a educação, nesse sentido, só passa pelo bolso. Só pelo bolso. Não há outra maneira. Nossa cultura ainda requer passar por esse sofrimento financeiro, para que a consciência, então, seja educada, mas eu queria fazer uma pergunta. Todos somos responsáveis, mas temos a base, onde tudo começa.

Eu queria perguntar aos senhores. Eu não sei. Procurei aqui e não encontrei nada que diga respeito ao que aconteceu com o Prefeito de Santa Maria. O que aconteceu com o secretário da área que concede os alvarás? O que aconteceu com o fiscal que assinou e permitiu o funcionamento dessa boate?

Eu gostaria de entender, porque me parece que o Ministério Público não os indiciou. Pelo que consta aqui – entrei agora rapidamente na Internet... Alguém pode me dizer alguma coisa?

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu vou passar a palavra ao Dr. Miguel Velasquez, do Ministério Público, que fez a denúncia a respeito desse episódio.

V. Ex<sup>a</sup> tem outra pergunta, ou essa é a primeira?

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO) – Essa é a primeira questão, onde eu quero...

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Passo a palavra ao Dr. Miguel.

**O SR. MIGUEL VELASQUEZ** – Cumprimento o Senador.

Quero dizer, em primeiro lugar, que os promotores de Justiça de Santa Maria atuaram ainda mais por sob a designação do nosso coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal, Dr. Davi, em cima de todo o inquérito policial feito de forma muito competente por parte da Polícia Civil de Santa Maria. Essa análise foi feita por todos esses promotores, que são especialistas em Direito Penal. São afeitos à área e chegaram a conclusões diferentes da Polícia Civil, até porque o Ministério Público não pode agir sob a pressão da opinião pública ou da imprensa, nem fazer a espetacularização desse processo.

Analisa de acordo com a melhor doutrina do Direito Penal. Entendeu, efetivamente, que a análise com relação ao prefeito deve ser feita no fórum adequado, que é na 4<sup>a</sup> Câmara Criminal, pelo fato de ser prefeito. Portanto, por ter foro privilegiado, essa análise deverá ser feita no tribunal. Então, já está para análise de uma procuradora de Justiça, que verificará se houve ou não alguma participação efetiva, tanto no campo penal, como também se há algum indicativo de improbidade administrativa.

Alguns deles foram denunciados, sim, pelo Ministério Público. Não posso lhe precisar exatamente em qual tipificação foi colocada, mas houve uma série de análises e houve o entendimento de que não seria por um crime de dolo eventual, mas por uma fraude de documento, ou algo assim. Então, essa análise foi feita da conduta individual de cada um.

Agora, eu gostaria de mencionar que, na minha defesa, com relação à questão de um profissional habilitado para cuidar da questão da prevenção, eu diria o seguinte: posso até aprender primeiros socorros, mas isso não me dá o direito de sair clinicando, ou exercendo a Medicina. Entendo que alguns cursos de formação não são suficientes para tratar da questão da prevenção de incêndio. Por isso, tem de ser um profissional qualificado, com formação para isso, porque é um contexto muito maior do que se possa imaginar. Eu, por exemplo, posso ter uma ideia de como deve ser uma escola, mas não sou o melhor profissional para dizer como deve ser a construção de uma escola, ou de um hospital, ou de um asilo. E, dentro, por exemplo, das casas noturnas, nós sabemos que não é. Existe todo um somatório de necessidades que precisam ser observadas pelo empresário. Ele vai ter que cuidar da estética, ele vai ter que cuidar do som, ele vai ter que cuidar de uma série de fatores que envolvem a construção. E, muitas vezes, um profissional do Corpo de Bombeiros, por exemplo, não tem esse conhecimento técnico de qual seria a melhor alternativa, tampouco a questão do material que vai ser utilizado, que a todo tempo vem se renovando, ele não tem condições de especificar se esse material é ou não adequado ou até mesmo de identificá-lo.

Então, por isso que um responsável técnico é muito importante com relação a essa questão da prevenção de incêndio, porque ele é que pode exatamente dizer como tem que ser aquela obra, analisando todo um contexto de Engenharia, ou de Arquitetura, enfim. Eu não sou especialista nisso, mas essa é uma questão que precisa ser deixada bem clara, até porque o Corpo de Bombeiros não conta com a estrutura necessária, leva muito tempo para fazer uma eventual fiscalização e ela muitas vezes se mostra insuficiente para efeitos de prevenção.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO) – Dr. Miguel, eu sinto, discordo totalmente do senhor. O poder público tem por obrigação, a coisa começa na base. Pelo que nós sabemos, estava tudo errado nessa boate. Tinha alguma coisa certa? Não tinha saída, não tinha isso, não tinha aquilo, estava tudo errado. O empresário está condenado. Ele está... Certinho, está preso. Agora, quem deu o alvará?

A Prefeitura tem normas. Qual é o material que tem que ser usado, sim, ela sabe, ela vai especificar e ela aprova. Se não tiver, ela é obrigada a não conceder o alvará. Tudo isso que nós falamos existe. Então, começa errado de quem concede a licença. Senão, deixa fechado. Não inaugura. Certo? Daí sim começam as responsabilidades para cima. O empresário burlou, abriu, ou fez uma porta e, depois que o Corpo de Bombeiros virou as costas, ele fechou? Tem que prender. Fecha por seis meses a primeira vez; a segunda vez, definitivamente. O que falta é a punição. O senhor vai em qualquer prédio, ou na maioria dos prédios, 90% dos prédios, um zelador não sabe o que fazer num caso de incêndio. Um zelador não sabe, tem que saber, os funcionários do prédio, os primeiros socorros. Ele não precisa clinicar. Ele não vai dar injeção. Mas, na hora do pega, ele sabe como fazer uma massagem. Certo? Essa é a obrigação. E tem que ser fiscalizado.

Encontrou, vai lá, faz o teste, não foi... Multa o síndico, multa pesada. Aí todo mundo começa a se incomodar. Mas a coisa, todas elas são normatizadas. Material... Tudo o que o senhor falou aqui é normatizado, mas não é fiscalizado, é facilitado. O país da facilitação e do jeitinho, como o senhor falou. Aqui é tudo na base do jeitinho. Então, só sendo com penalidades muito fortes em todos os níveis, desde o começo, é que nós vamos poder fazer alguma coisa, com seriedade. E aí que eu acho que o Poder Judiciário tem que entrar pesado nessa história.

Um Prefeito desse devia estar incomodado. O Secretário devia estar preso junto com... Porque ele foi o responsável. Ali estava funcionando. Era uma cidade pequena. Não é um negócio que eu... Quantas boates, como a Kiss? Só tem uma lá, desse tamanho. Não tem mais do que uma.

Certo?

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Um momentinho, Senador. Com a palavra o Capoani.

**O SR. LUIZ ALCIDES CAPOANI** – Senador, aí não tinha cadeia para todo mundo. E nós precisamos... É sério. Espera aí, é que nós temos que fazer uma análise sistêmica da questão, porque olha só, a Constituição delegou aos Municípios, sabiamente, o poder de licenciamento, de aprovação de projetos, inclusive de embargo. E também o Código Estadual do Rio Grande do Sul delegou ao Corpo de Bombeiros o poder de tudo, aprovação de projeto, de embargar, de fazer e acontecer.

Eu estou falando agora no jargão, até para que o pessoal entenda.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO) – Cada um tem a sua responsabilidade, na sua área.

**O SR. LUIZ ALCIDES CAPOANI** – Vamos mais. Aí veio lá o Ministério Público preocupado. E eu não estou, entenda... Preocupado com o som e fez um TAC. Então tu vê que é um emaranhado de coisa ali. Espera aí. Aí tinha trabalhador trabalhando, como falou ele lá, e que a Delegacia Regional do Trabalho, que vive embargando obras... Lá em Santa Maria, eu faço um desafio, vou fazer mais: quantas boates, no Rio Grande do Sul e quero dizer no País, o Ministério do Trabalho embargou? Nenhuma. Porque tem trabalhador em condições. Então tu vê que tem que ir todo um... Não dá.

Eu quero ir um pouquinho mais para o senhor responder aqui...

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO) – Então vai continuar morrendo gente.

**O SR. LUIZ ALCIDES CAPOANI** – Não adianta só fazer projeto. Não adianta botar só o responsável técnico. As condições de uso da edificação. E aí que vem a periodicidade e entra esse projeto, que era do Senador Crivella. É barato, minha gente. A profissão que menos cobra é a de engenheiro, porque não sabe cobrar. Quiçá outras profissões, como a de médico. Para quê? Para você ir ver. Senão, é o jeitinho brasileiro. Tu fazes um belo projeto e ele muda no outro dia. Tu saíste daqui e não tem Município, não tem Judiciário, não tem Ministério Público que atente. Então, tu tens de criar essa lei. Aí sim, o senhor falou certo: punição rigorosa. A impunidade campeia nesse País. Aí sim. Não quero ser mal entendido, não disse que essa legislação está boa. Inclusive, quero pegar as palavras do Governo do Estado, do Governador Tarso Genro. "Com a tragédia de Santa Maria ficou evidente que é preciso reformular e deixar mais clara a legislação." É óbvio! Então, nós temos de fazer uma legislação simples, pegar aquele emaranhado... O Corpo de Bombeiros tem mais de duzentas, de trezentas normativas que eu, que sou engenheiro, não consigo entender o que fazem. Então, é isso o que nós temos de evitar, Senadora. É bem simples.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Capoani.

**O SR. LUIZ ALCIDES CAPOANI** – Obrigado pelo aparte, Senadora.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Queria indagar o Senador Paulo Paim, como Relator, sobre uma avaliação do que foi visto aqui.

Quero agradecer a presença do Flávio Correia, Presidente do CREA do Distrito Federal, e do Jary de Carvalho e Castro, Presidente do CREA do Mato Grosso do Sul e coordenador do colégio de presidentes do CREA.

Depois que o Senador Paim fizer a sua observação, vou abrir porque aprendi que o Senador Paim que a melhor prática é a da democratização. O Regimento não é muito flexível em alguns momentos, mas esse tema penso, como foi dito aqui, é uma responsabilidade de todos. Portanto, limitar e ficar presa ao Regimento Interno pode não ser o melhor caminho para nós. Com a palavra o Senador Paim. Depois, passo a palavra a Jary de Carvalho e Castro, que queria fazer uma colocação e, certamente, ajudar no debate.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, Presidente desta Comissão, Senador Cyro, nosso sempre Presidente da Comissão de Educação e parceiro de todas as horas, todos os nossos convidados, confesso que, como Relator, não faria nenhuma pergunta.

Já fizemos inúmeras audiências públicas. Se analisarmos friamente, aquilo que nós ouvimos em cada audiência pública e no dia de hoje, todas as contribuições se somam, todas são positivas. O que fica para a Relatoria e para a Presidência? Fica, no meu entendimento que, primeiro, há uma comissão de alto nível do Ministério da Justiça, que está com um plano de trabalho, para essa questão, praticamente pronto, encaminhado e, claro, aceitando sugestões. Há uma comissão na Câmara, que vem trabalhando há muito tempo, ouvindo também a sociedade. E há o nosso trabalho, aqui, com a contribuição de todos os convidados e painelistas. Há o plenário, mesmo, quando é convidado a se pronunciar, embora não esteja na mesa.

Saio daqui, mais uma vez, convencido – e falo na figura do Relator –, que não tenho dúvidas... Sei que em toda legislação... Já fiz, já participei, de mais de cem leis.... Chego à conclusão, pelo menos até o momento, de que não tem como. Primeiro, não vai ter unanimidade, não vai ter consenso absoluto porque não existe. Sempre vai ter alguém que vai dizer: não deveria ser assim. Temos, sim, de ter um código nacional mínimo. Claro que não precisa ter mil artigos. Que seja pequeno, mas que tenham uma orientação nacional. O Congresso terá de decidir sobre isso. Segundo, estou cada vez mais convencido de que, neste País, a fiscalização é pífia. Que bom que o País cresceu! Poderia dar um exemplo, hoje, se até vinte anos atrás tínhamos cem empresas tínhamos, mais ou menos, cinquenta fiscais. Hoje, temos mil empresas e os fiscais são vinte e cinco. Entenderam, não é? Mais do que duplicou ou triplicou, em dez anos, o número de empresas. Que bom! Agora, os fiscais diminuíram pela metade do que tínhamos há vinte anos. A falta de fiscalização é fato, é real. Nós temos de ver como é que a gente vai fazer para ter uma fiscalização competente. Alguém tem dúvida? Viajo muito no Rio Grande do

Sul e no Brasil. Canso de chegar a hotéis e de dizer: quero descer pela escada. Canso, não aconteceu uma vez. O que me dizem? "Pela escada não dá, só pelo elevador." Por quê? "Está interrompida, está em obras, estamos fazendo reformas." Na maioria das vezes está mesmo é com um cadeado lá embaixo, por medo de um assalto. É fato, é real. Em hotéis chamados, aí, de duas estrelas, de três estrelas. Sei lá se não chegam até as cinco estrelas. Não há dúvida alguma de que precisa haver uma campanha, em nível nacional, para aumentar a conscientização da população. Há também um fato real, que é a falta de engenheiros ainda hoje no Brasil. Pelo menos, os engenheiros que conversam comigo falam a respeito disso. Não estou dizendo que eles não são competentes e preparados, mas sim que, se houvesse 50.000 engenheiros, eles estariam todos colocados. Nós estamos com falta de engenheiros. Isso é bom. Tomara que sintamos falta de engenheiros. Isso é sinal que o País está crescendo, e estamos precisando de mais engenheiros para estar também no mercado de trabalho.

Estive, nesse fim de semana, na Fiergs, num congresso, no Encontro Estadual dos Técnicos em Segurança no Trabalho. Estou cada vez mais convencido. Disseram-me lá o seguinte: por que o Brasil é um dos campeões do mundo em acidente de trabalho? Ninguém sabe responder o porquê, mas ainda é. Não é que seja o maior; é um dos maiores. Sei lá, que esteja em terceiro ou quarto, ou quinto.

**O SR. ARMANDO HENRIQUE** – Em acidente automobilístico também.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Também. Pior ainda. Eu só dei do trabalho. De automóvel também e, nas casas de show, daqui a pouco também, porque não podemos chegar à conclusão de que os culpados foram os que morreram. É claro que ninguém disse isso aqui. Estou muito tranquilo. Eu sei que, aqui, todos querem buscar soluções, mas todos me disseram lá que, por exemplo, só são obrigadas a ter técnico de segurança no trabalho as empresas com mais de 100 trabalhadores.

Ora, por que não podemos chegar a um entendimento, no sentido de fazer, na mesma norma, um *pool* de para cada 100 trabalhadores numa região "x", no mínimo, um engenheiro, um técnico de segurança do trabalho, enfim, assumir a responsabilidade e não ficar somente numa boate que só tenha 10 empregados, mas ele pode, naquele círculo de distância, de metros, ou quilômetros, da mesma forma como é forma nas farmácias, fazer com que haja um responsável.

Então, temos de avançar, no sentido de aumentar o conceito da população, da fiscalização, valorizar os profissionais.

Eu falo a verdade. Permite-me, Senador Ciro Gomes, ou melhor, Cyro Miranda. Dou-me muito bem com o Ciro Gomes e gosto dele. (risos.) Ele é meio rebelde, arrojado, mas como eu sou meio rebelde também. Tenho um respeito muito grande pelo Ciro Gomes. Nunca neguei isso.

Enfim, acho que temos de construir uma proposta aqui que vá atender à média de pensamento da sociedade. Por exemplo, há pouco tempo, aprovamos aqui, e fui Relator, Cipas nas Escolas. Parece um Projeto, mas ele é belíssimo. Lá dentro das escolas, começamos a tratar da prevenção.

Quando cheguei a Santa Maria, perguntaram-me do Prefeito Cesar Schimer, que não é do meu Partido, o que eu achava dele. Eu disse que não tinha vindo para condená-lo, mas para dar solidariedade às famílias e, a partir de então, todos iríamos trabalhar, a fim de que isso nunca mais se repetisse.

Então, estou muito tranquilo. Não estou somente na linha de achar culpados. Temos de sair construindo um Projeto, uma alternativa, a nível nacional. Fiz questão, quando encaminhei o requerimento, de convidar os empresários. Quero ouvir também os empresários aqui. A Senadora Ana Amélia acatou. Pedi que viessem os representantes dos trabalhadores, que pelo menos tivesse aqui uma central – e aqui está –, que viessem os técnicos, os engenheiros,

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Estão aqui duas centrais.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Estão aqui duas centrais. Então, a intenção nossa e de todos aqui é sair desse trabalho coletivo, de todos os agentes que estão trabalhando a busca de solução na construção de uma redação. É claro que vai ter de pesar no bolso. Vejo por mim. Confesso para vocês que tinha muito mais excesso de velocidade quando estava dirigindo – e assumo a minha responsabilidade – do que depois que vieram os tais de "pardais". Depois que eles vieram, eu ando cuidando, porque sei que, por causa de 5 km a mais ou 10, eu vou marchar. Quer dizer, aumentei meu nível de consciência, a partir do momento que senti que ia ter também uma penalidade. "Errado" é um termo de consciência muito anterior, mas que pesou, pesou. Agora, vai ver se pego multa? Minha carteira está limpa agora. Diminuíram as multas. Então, vai ter de entrar por esse lado também.

Enfim, agradeço a todos como Relator, principalmente à nossa Presidenta.

A contribuição de todos aqui é fundamental e vai-se somando, e o Relatório que faremos – é claro que o faremos em conjunto – e o vamos dar como uma contribuição ao debate com os outros grupos que estão trabalhando na mesma área.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim. Quero dispensar o Dr. Miguel Velasquez, porque ele tem horário de voo. Então, agradeço ao senhor antecipadamente e ao próprio Ministério Público do Rio Grande do Sul pelo trabalho feito.

Passo a palavra agora ao Senador Cyro Miranda para a leitura do seu requerimento, aproveitando aqui o quorum com o Senador Paulo Paim.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO)

– Pois não. Muito obrigada pela atenção, Senadora Ana Amélia.

Requeiro, nos termos do art. 93, a realização de audiência pública de âmbito da Comissão Temporária para levantamento da legislação pertinente à prevenção de combate de incêndio do Brasil com o seguinte convidado: Coronel Lioberto Ubirajara Caetano, Comandante do Corpo de Bombeiros de Roraima e Presidente da Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil.

Recebemos um documento, endereçado à Presidente e aos membros desta Comissão, assinado por todos os comandantes do Brasil.

Então, julgo da maior importância ouvir a experiência desse comandante e acho que vai enriquecer muito o Relatório do Senador Paulo Paim.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Cyro Miranda, V. Ex<sup>a</sup> disse “Roraima”, mas é “Rondônia”, não é?

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO) – Perdão. Rondônia.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na verdade, gostaria de acrescentar, por uma questão regimental, ao seu requerimento, porque, na última audiência, o Senador Paim estava com uma audiência externa, então, presidi a reunião em que esteve presente a representante da Senasp, Secretaria Nacional de Segurança Pública, que já vem realizando um excelente trabalho nessa questão de prevenção.

O Senador Paim entendeu que não há necessidade de repetir o mesmo tema com autoridade. Apenas acrecentei aqui porque, coincidentemente, tudo que se falou aqui teve muito a ver com a Prefeitura, e não ouvimos as prefeituras.

Então, queria aduzir ao seu requerimento – aí seria a última audiência pública, Senador Paulo Paim –, a Confederação Nacional dos Municípios e a Frente Nacional dos Prefeitos. Aí, todas as entidades estarão cobertas, casualmente dois gaúchos: a Confederação Nacional dos Municípios, cujo Presidente é o Paulo Ziulkoski, e a Frente Nacional de Prefeitos, cujo Prefeito é o José Fortunati.

Assim, queria já aduzir à concordância.

Está aprovado o seu requerimento e agradeço a sua presença aqui, Senador Cyro Miranda.

Agora, passo a palavra ao representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Mato Grosso do Sul, Jary de Carvalho Castro, para o comentário que quiser.

**O SR. JARY DE CARVALHO CASTRO** – Senadora Ana Amélia, Senadores Paulo Paim e Cyro Miranda, gostaria de comentar, em nome do Presidente Capoani, do Crea do Rio Grande do Sul, falo em nome de todos os Presidentes do qual estou coordenador, sou empresário também da construção civil, sou engenheiro e estou Presidente do Crea do Mato Grosso do Sul.

Primeiramente, a nossa participação aqui é no sentido de agradecer o convite e parabenizar a riquíssima discussão. Gostaria de cumprimentar todas as autoridades presentes também. Todos nós, Presidentes, sentimos uma apunhalada no domingo, quando ligamos a televisão, e ficamos sabendo. Tentei falar com o Capoani, e ele já estava a caminho de Santa Maria; quando fui falar com o Conselheiro Federal Melo José, já não conseguia mais. A emoção era muito grande.

Quarenta e cinco por cento dos incêndios no Brasil são devido a falhas de projetos ou execução elétrica. O que nos preocupa muito é o fato de estar tramitando nesta Casa uma lei que transforma o crime de contravenção, quando um leigo executa um serviço de engenharia para um crime realmente que seja punido. O Senador Cyro Miranda falou em punição. Apesar de falar em multa, sou empresário, sou totalmente contra multa, porque, se esta resolvesse o problema, o nosso trânsito seria um caso de sucesso mundial, e não é. Apesar de as pessoas respeitarem os pardais, o nosso trânsito não é um sucesso.

Acredito muito na educação. Sou filho de professora.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Paim é? (Risos.)

**O SR. JARY DE CARVALHO CASTRO** – A minha origem é judaica. Então, V. Ex<sup>a</sup> imagina como estamos parecidos nisso aí. Acredito muito na educação e numa fiscalização séria. Aí, sim, “boto o dedo na ferida”, como o Capoani sempre fala.

Com a repercussão mundial desse acidente, com tantos jovens, afloraram-se as vísceras da má fiscalização das prefeituras, das mais de cinco mil prefeituras e do Corpo de Bombeiros, que respeitamos muito, mas sabemos da precariedade e dos pouquíssimos e maus profissionais que estão lá dentro, assim como há maus empresários. Nós sabemos disso, mas é uma minoria. Assim como, nesta Casa, há poucos maus políticos, e a maioria é de bons políticos, mas acaba sempre aflorando o lado ruim.

Então, a nossa preocupação é a de que nos ajude a transformar em lei, que seja crime aquela pessoa leiga que vai executar alguma coisa ou fazer algum projeto. Isso nos ajudaria muito e à sociedade também. Que as leis sejam mais “arroz com feijão”, no sentido de se resolver, porque esse emaranhado não resolve nada. Nós sabemos que tanto em Mato Grosso do Sul como no Rio Grande do Sul é do mesmo jeito.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Gostaria de fazer somente uma pergunta. O senhor é totalmente favorável à fiscalização mais arrojada?

**O SR. JARY DE CARVALHO CASTRO** – 100%.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Fiscalização feita? O delito cometido, ou seja, o crime? O que resta?

**O SR. JARY DE CARVALHO CASTRO** – Paliativamente multar, trabalhando depois com a educação.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Por isso, acho fundamental que, no fundo, estejamos falando a mesma coisa.

**O SR. JARY DE CARVALHO CASTRO** – Sim. Sim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Fiscaliza. Não cumpriu. Ou vai para a cadeia. Ou vai pagar uma multa altíssima. Posto que estamos na mesma linha de entendimento.

**O SR. JARY DE CARVALHO CASTRO** – Se for uma fiscalização séria – e ele sabe disso; todos aqui sabem –, porque, se for uma fiscalização à meia boca, aí você acerta, mas não resolve nada.

Obrigado.

Boa tarde a todos.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Queria apenas, para encerrar, agradecer a todos e dizer que tive a oportunidade de conversar aqui no Senado, através da intermediação do Itamaraty com o Procurador de Justiça que – nos Estados Unidos, tem um outro nome – foi o responsável pela denúncia e a investigação de um incêndio, diria assim, exatamente igual ao que aconteceu em Santa Maria.

Ele aconteceu em Rhode Island, nos Estados Unidos, em que morreram 100 jovens. O que levou àquele incêndio? Por conta da reclamação dos vizinhos, o dono da boate fez uma acústica que não vazasse barulho. Aí ele fez o mesmo que o empresário de Santa Maria: colocou aquela espuma venenosa. O material é o mesmo do usado no Rio Grande do Sul, e não havia porta de saída. Então, o processo foi idêntico.

Qual foi a conclusão do Ministério Público norte-americano, que é tão técnico quanto a suas pesquisas? Primeiro, quando é que se faz uma fiscalização num prédio desses, ou num estabelecimento qualquer que seja? Das 8 às 6 horas da tarde. É um prédio va-

zio, onde não se tem ideia do que significa estar ali naquele prédio; está tudo ali arrumado, como se não houvesse nada naquela sala, não tivesse ninguém; ali tem uma porta, aqui tem outra, está tudo certo; agora, o contrário é ver esta sala aqui com 1.500 pessoas, ou com uma lotação três vezes maior do que ela tem capacidade.

A fiscalização é feita em horário errado. Olha só: é uma coisa, como se diz, singela. Outra coisa: os processos de sinalização. Hoje, num avião, todas as pessoas que viajam muito já decoraram: esta aeronave tem seis portas de saída: duas ao fundo; duas ao centro; duas à frente. Máscaras de oxigênio cairão automaticamente à sua frente. Coloquem primeiro à sua frente e, depois, na criança que estiver ao lado, se for uma criança. Em caso de queda em água, o assento é flutuante. Luzes acendem no corredor do avião. As luzes são sinalizadores.

A conclusão do Ministério Público é esta: é muito difícil, numa aglomeração de pessoas, com efeito de álcool, porque as pessoas não vão a uma boate para tomar refrigerante, nem água mineral, a pessoa enxergar, pois vai estar completamente desligada. Além do mais, os efeitos que usam de fumaça, que é chamada de gelo seco, aquele ambiente que praticamente tira a visão, como se fosse um fog, se estiver escrito lá “saída”, você não vai enxergar o que está escrito lá. Quando ele disse isso, cheguei à conclusão de que as questões são tão singelas, que, de fato, não é uma questão, Capoani, como o senhor disse, de se fazer um emaranhado de leis, e a missão nossa – minha, do Senador Paim, do Senador Cyro, do Senador Simon – é exatamente essa, porque todos disseram a mesma coisa: regras claras e simples. Não adianta fazer uma Bíblia para esse processo, que o problema não vai ser resolvido. Temos que nos comprometer também, Capoani.

A mesma coisa que o Sr. Clayton fez em relação ao hotel dele, quando aconteceu isso, entrei na minha sala no Senado e me perguntei: como é que eu vou sair daqui? Não só eu, mas os meus 20 funcionários que estão no Gabinete. Eu ainda tenho uma janela, da qual posso saltar. Como é no térreo, não há risco algum. Posso dar um salto ali, estou mais ou menos condicionada, não vou ter problema algum. Mas, quantos poderão fazer isso? Não temos nenhum treinamento neste prédio, onde milhares de pessoas diariamente, servidores da Casa, circulam.

Então, nesses procedimentos de treinamento – e por isso o corpo de bombeiros de São Paulo fez nas escolas –, temos de criar um ambiente da cidadania responsável, da regra de civilidade, o que vai fazer o Rio de Janeiro agora, porque é aquela história. A ci-

dade fica suja. Nós pagamos mais com a coleta do lixo. Quem é que joga o lixo? Ele não entra pelo vento! Nós é que jogamos! Aí, você passa por um ônibus em Brasília, ou por um carro do ano, e o sujeito joga um coco, uma garrafa, uma lata na rua, com o risco de cometer um acidente.

Então, essas regras têm muito a ver com o comportamento, cujo assunto foi tocado aqui, quando se falou sobre controle social, mas ele passa por um controle de atitude, de comportamento individual do cidadão, como disse também o Sr. Clayton.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Alcides Capoani.

**O SR. LUIZ ALCIDES CAPOANI** – Senadora, já estamos numa idade em que não adianta mais. Minha mãe sempre dizia, e sou de família simples: “Depois que a árvore nasce torta é difícil de endireitar”. Agora, não existe fiscal maior do que a criança. Se eu estiver no meu carro e jogar um lixo pela janela, a criança diz: “Pai, não joga o chiclete, não joga o lixo fora!”

Então, é importante começarmos o processo lá...

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na escola.

**O SR. LUIZ ALCIDES CAPOANI** – É cultural. Mas quero deixar aqui uma contribuição, Senadora, porque também temos que fiscalizar os fiscais. Hoje, temos uma ferramenta que, lá na boate, os jovens tinham e usaram para falar com os pais infelizmente. Aquilo foi muito triste, mas tem que ser transparente, tem que estar lá. Nós temos a informática, que nós podemos usar, que não estamos usando. Temos que dizer como é que estão os planos de prevenção ao projeto. Tem que ser transparente. Há mecanismo na própria boate, Senadora, sobre o qual o jovem não está de acordo. Ele aperta um botão, ele liga para um órgão que tem de estar à disposição da fiscalização. Ele tem de fiscalizar a sociedade também na minha opinião. Há mecanismos através da informática.

Todos os projetos têm de estar claros. A boate Kiss não tinha determinadas coisas. Então, aí, acho que isso é importante, até mesmo para delimitar.

A nossa lei, que foi feita em 1966, o nosso congresso nacional de profissionais vai ser em setembro, em Gramado, porque nós precisamos também atualizar a nossa legislação, pois nós precisamos também atualizar a nossa legislação.

O Crea, só para encerrar, vai colocar lá dos profissionais; a justiça vai colocar o deles; nós vamos colocar quatro, cinco coisas; os empresários, alguma coisa, porque, senão, nós vamos criar um emaranhado, como já é a nossa Constituição do País. Então, temos também que ter essa educação de fazer coisas simples e que funcionem.

É isso, e quero, mais uma vez, agradecer de poder estar aqui, neste debate tão enriquecedor. Gostaria que V. Ex<sup>as</sup> nos convidasse, o Senador Paim e a senhora, para todos os debates, para que a gente pudesse mandar alguém, vir para contribuir. E, no final desse projetinho, temos que ser bem simples, os Bombeiros botam uma coisinha que consideram importante, o Judiciário, e aí vamos ter uma legislação que vai atender os interesses da sociedade.

Obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Capoani.

Passo a palavra ao Ricardo Nerbas, que desde o começo queria fazer algumas observações.

**O SR. RICARDO NERBAS** – Senadora, sou entusiasta do conhecimento. Quero reforçar uma coisa que nós colocamos aqui, e a senhora, melhor do que eu, que é o treinamento.

Vou exemplificar nesta sala. Se, por um motivo qualquer, fechar um curto-círcuito naquele equipamento eletrônico que está naquela sala...

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ninguém sabe o que fazer, quem está aqui não sabe.

**O SR. RICARDO NERBAS** – Os funcionários do Senado têm que ter o conhecimento mínimo de combate a incêndio para pegar um extintor de incêndio e saber usá-lo corretamente, porque, se não for usado corretamente, mesmo havendo extintor de incêndio aqui, não vai funcionar. Então, isso é necessário.

E qualquer um de nós aqui pode ter, infelizmente, um mal súbito, isso pode acontecer em qualquer lugar, principalmente numa boate, que é um local propício para isso, com uso de álcool e de outras coisas mais, e a gente sabe que, se não houver uma atuação de primeiros socorros nos dois primeiros minutos, a chance de essa pessoa sobreviver é muito pequena. Então, nós da Confederação, defendendo trabalhadores, argumentamos que os trabalhadores poderão se defender melhor e poderão defender a sociedade à qual eles estão servindo naquele momento com treinamento específico, e são duas coisas muito importantes: combate a incêndio e primeiros socorros.

As grandes empresas deste País fazem isso com intensidade, e a gente pode ver que, nessas grandes empresas, esse tipo de coisa é muito minimizado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Até porque isso está na imagem; ao cuidar da prevenção, ela está cuidando da sua própria imagem.

**O SR. RICARDO NERBAS** – Sem sombra de dúvida!

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Porque, quando acontece isso, é muito sério.

**O SR. RICARDO NERBAS** – E eu gostaria também de reforçar o que o Senador Paim colocou, brilhantemente, sobre o processo de fiscalização, dos pardais, que a colocação dos pardais nas estradas tornou muito mais eficiente essa fiscalização no trânsito brasileiro, sem sombra de dúvida, temos que ter consciência disso. As fiscalizações são um dever de Estado. Isso é um dever de Estado, o Estado não pode abrir mão disso, não pode passar essa responsabilidade para a sociedade.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Estou lembrando aqui, só como exemplo também, a própria Balada Segura, risco zero, o bem que foi feito. Quer beber? Pegue o táxi ou vai a pé para casa.

**O SR. RICARDO NERBAS** – Sim. Então, as Prefeituras têm que ser responsabilizadas sim, os gestores públicos têm que ser responsabilizados, o Corpo de Bombeiros, que é um gestor do Estado, não é um gestor da Prefeitura, tem que ser responsabilizado sim. Aí eu tenho certeza absoluta de que vai minimizar muito, as fiscalizações serão muito bem feitas.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E também eles precisam de muito treinamento, porque alguns são...

**O SR. RICARDO NERBAS** – Sem sombra de dúvida!

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu passo agora ao Armando Henrique.

**O SR. RICARDO NERBAS** – Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Ricardo.

**O SR. ARMANDO HENRIQUE** – Senadora, como última contribuição, eu gostaria de chamar a atenção para a questão dos enfoques dos debates com relação a esse tema. A gente percebe que sempre convergem para duas questões básicas, que são projeto e fiscalização.

Senador Paim, temos que ter certo cuidado com relação a essa questão, até para não cometer os mesmos erros que cometemos há mais de... Estou há 40 anos fazendo prevenção e assisto a esse filme do mesmo tamanho que acontecia desde o primeiro momento. Pergunto aos senhores e senhoras: papel resolve o problema? Fiscal ir à empresa e ser recebido, entrar no limite de acesso, seja a sala do diretor da empresa ou a recepção, isso pode se configurar como fiscalização?

Na prática, o que a gente percebe é o seguinte. Eu desafio qualquer um dos senhores a ir a uma empresa de porte pequeno, médio ou grande e buscar evidência de que um dia sequer um agente de fiscalização dos Bombeiros Militares ou outro tipo de fiscalização do setor de prevenção e combate a incêndio ou do trabalho tenha chegado até o brigadista e feito

a pergunta se ele sabe o que é o triângulo do fogo ou a química do fogo. Porque, na verdade, temos, no Brasil, Senadores, uma verdadeira indústria do papel, e temos que acabar com isso.

Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Armando Henrique.

Eu queria renovar, em nome desta Comissão Especial, criada para discutir medidas, regras, legislação, referindo aqui à palavra mais usada, simples, claras e transparentes para a prevenção e o combate não só a incêndios, mas também a outros fatores, como desmoronamentos ou outros acidentes desse tipo, que isso vale não só para o setor privado, mas, como se viu aqui também, para o setor público, em relação aos prédios que têm grande afluência de pessoas, bem como estádios e todos os ambientes e estabelecimentos que envolvam pessoas.

Eu queria renovar o agradecimento pela presença do Promotor de Justiça Miguel Velasquez, que é Coordenador do Centro de Apoio de Direitos Humanos do Ministério Público do Rio Grande do Sul; do Ricardo Nerbas, Diretor da Confederação Nacional das Profissões Liberais; do Armando Henrique, Presidente da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho; do Carlos Alberto Pauleto, Diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Rio Grande do Sul; do engenheiro Luiz Alcides Capoani, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do Rio Grande do Sul, e do Clayton Faria Machado, Presidente do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes de Brasília, representando a Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Queria agradecer a todos, especialmente ao Senador Cyro Miranda, e também aos convidados que estiveram aqui, representantes do Rio Grande do Sul, da cidade de Canela, e também de Santa Maria e região.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senadora, permita-me, antes que a senhora encerre.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Para o meu relatório, é fundamental, eu digo, é importante, para o nosso relatório este comentário, porque, até o momento, em todas as audiências públicas que fizemos, percebi que é unanimidade que tem que haver uma norma mínima.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E nacional.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – E nacional. Entendi que dessa audiência também saímos com essa visão. Porque me preocupou um pouco a fala do meu líder, aqui à esquerda, o Armando. Acho que te-

mos que ter uma norma mínima, Armando, em nível nacional. E aí é no papel.

**O SR. ARMANDO HENRIQUE** – Concordo plenamente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Porque você falou que papel não é importante, aí me assustei!

**O SR. ARMANDO HENRIQUE** – É que, na verdade, nós temos hoje uma montanha de papel que não dá resultado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Isso, isso. Com uma norma mínima...

**O SR. ARMANDO HENRIQUE** – Então, de repente, um papel desse tamanhozinho pode solucionar esse problema.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – É só isso. Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria também agradecer ao Flávio Correia e ao Jary, que deram contribuições, do Colégio de Presidentes dos CREAs de todo o País e do CREA do Mato Grosso do Sul.

Agradeço a presença de todos.

Convidado para a próxima audiência pública, já aprovada nesta audiência, ouvindo as prefeituras municipais e o Corpo de Bombeiros de

Rondônia, no dia 16 de maio neste mesmo horário e neste mesmo local. (*Palmas.*)

Aproveito o quórum para colocar em deliberação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e sua aprovação pelos Srs. Senadores.

Os que aprovarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata da reunião anterior.

Obrigada. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 17 minutos.)

#### ATA DA 5<sup>a</sup> REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 5<sup>a</sup> Reunião, realizada em 16 de maio de 2013, às 14 horas e 31 minutos, na Sala nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Ana Amélia (PMDB/RS)** e com a presença dos Senadores: **Paulo Paim (PT/RS)**, **Cyro Miranda (PSDB/GO)** e **Romero Jucá (PMDB/RR)**. Deixaram de comparecer, justificadamente, os Senadores: **Pedro Simon (PMDB/RS)**, **Jorge Viana (PT/AC)** e **Gim Argello (PTB/DF)**. Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com a presença dos convidados: **Rodrigo Garrido Dias**, representante da Confederação Nacional dos Municípios, e **Carlos Helbingen Júnior**, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro aberta a 5<sup>a</sup> Reunião – e última – da Comissão Temporária, criada pelo Requerimento nº 18, deste ano, dos Senadores do Rio Grande do Sul – Paulo Paim, Pedro Simon e esta Senadora, que preside a Comissão –, com a finalidade de realizar um levantamento da legislação pertinente à prevenção e ao combate a incêndios no Brasil e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, conforme padrão internacional, tendo como referência exatamente o que é aplicado e desenvolvido no mundo e também com grande repercussão aqui.

Eu queria, então, convidar para a mesa o Coronel Carlos Helbingen Júnior, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás; e também o Dr. Rodrigo Garrido Dias, que é representante da Confederação Nacional dos Municípios.

Diante das exigências de estarmos no plenário, conforme prevê o Regimento, nós deveríamos estar lá e não em outra atividade, mas, em função de já ter sido convocada previamente esta audiência e não ter havido tempo de avisar os expositores para trocar a data, entendemos que é preferível conseguir compatibilizar a escassez do tempo com a realização da audiência.

Antes de passar a palavra ao Coronel Carlos, eu queria dizer que nós havíamos convidado para esta última audiência o Prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, que também é Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos. Lamento apenas que o prefeito da capital do nosso Estado do Rio Grande do Sul, onde ocorreu a tragédia de Santa Maria, não tenha comparecido nem enviado um representante. Então, eu queria fazer esse registro, porque acho que, se não assumirmos... Somos aqui assobeados por medidas provisórias, com o Poder Executivo nos sufocando. Fizemos um convite a uma autoridade que, aliás, teria de saber a importância que tem o Parlamento porque já foi Parlamentar, já foi Deputado Federal. Entendo, lamento. Imagino que ele teve as suas razões, mas deveria ter justificado por que não compareceu.

Enfim, passo a palavra, agora, ao Coronel Carlos Helbingen Júnior.

**O SR. CARLOS HELBINGEN JÚNIOR** – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar a Presidente desta Mesa, Senadora Ana Amélia; o Senador Paulo Paim, Relator dessa matéria; o Sr. Rodrigo Garrido Dias, Técnico da Confederação Nacional dos Municípios; todos os presentes; as senhoras e os senhores.

Senadora, foi realmente uma consternação nacional o fato. Permita-me, antes de entrar no foco, fazer um pequeno relato das organizações.

Os Corpos de Bombeiros surgiram em 1856, com D. Pedro II vindo da Marinha do Brasil. E, até a nossa Constituição de 1988, estivemos como policiais militares em todo o Brasil, com exceção de Brasília e Rio de Janeiro, Estados originários dessa força.

Os códigos de incêndios surgiram sempre precedidos de um grande incidente. Ainda está nas nossas memórias o grande incidente do Edifício Joelma, em 1974; do Andraus, em 1976; do Andorinhas, no Rio de Janeiro, que foi o precursor dos códigos nacionais. Até então, discussões sobre medidas de prevenção, medidas de proteção eram bastante incipientes. Apesar de ser a missão de todos os Corpos de Bombeiros a prevenção, não havia um campo político, uma situação social de aceitabilidade.

Tive a oportunidade de participar, em Goiás, do primeiro código, em 1982, e do segundo, em 1993.

Em razão da condição técnica das Polícias Militares, houve uma separação inteligente por parte do legislador, porque a condição jurídica do policial, o foco do conhecimento seria mais para a área jurídica. O bombeiro tem que conhecer profundamente a área de engenharia e outras áreas de segurança. Em todo o Brasil, isso foi-se pontuando, e assim começaram as organizações de bombeiros militares no nosso País.

A exemplo de Goiás, nós, naquela data, tínhamos uma unidade de bombeiro na capital e três destacamentos dentro de quartéis da Polícia Militar no interior do Estado. São 20 anos. Hoje, nós estamos com 46 unidades em todo o Estado, atendendo, desde o início deste Governo, a 68% da população diretamente. E a meta do nosso Governo é levar atendimento direto a 78% da população goiana – cumprimento o Senador Cyro Miranda.

Mas aqui nós não estamos falando em atividade de socorro. Como eu disse, inicialmente, o principal foco de todo o Corpo de Bombeiros é a prevenção. E existe a necessidade de sustentação jurídica para termos diplomas legais que possam dar esse foco.

Na confecção desses códigos estaduais – como eu disse, tive participação nos primeiros –, há um ambiente democrático, em que existe o foco da segurança, buscando principalmente a vida, apesar de que a missão de qualquer bombeiro é salvar e proteger a vida, o meio ambiente e o patrimônio, mas a vida em primeiro lugar. E, lógico, nós tínhamos que explicar a outras organizações por que criar um código, aumentando o custo considerável de uma instalação em que era necessário haver ou *sprinkler*, que não era exigido, ou porta ou qualquer dispositivo de segurança, o que é oneroso. E também tem que haver uma sustentabilidade e uma razão da motivação desse ato. E assim foram desenvolvendo essa cultura no Brasil.

Praticamente, a história dos bombeiros está sempre fundamentada num grande incidente, infelizmente ou felizmente, para a sociedade no aspecto de desesperar, porque é extremamente importante a discussão de uma pauta quando se fala em vidas.

Esta iniciativa do Senado de buscar criar esta Comissão para elaborar um código em nível nacional servirá para pacificar uma situação que trará ao nosso País uma uniformidade. Hoje nós temos diversas situações que, como eu disse, em razão da negociação da montagem dos códigos estaduais ou até de alguns municipais, proporcionam uma democrática situação de acordo com aquela legislação. Eu acho que é um momento, sim, muito sério. Há um amadurecimento da nossa Nação quando se traz a esta Casa essa discussão.

Esse código está sendo discutido para se propor uma minuta, através da Senasp e do Ministério da Justiça, num ambiente democrático, do qual não só bombeiros militares estão participando, mas também toda a sociedade, para que possamos somar as experiências e trazer, sim, algo que seja importante no aspecto de segurança e também viável na sua implantação.

Quando falamos em nível mundial, fundamentando em legislações, temos que trazer essa adequação ao Brasil. O Brasil tem as suas características, é um continente, cada Estado tem a sua peculiaridade e isso deve ser respeitado, até as suas dificuldades na implantação de medidas que possam ser saneadoras. Mas, sim, é uma decisão muito oportuna. É importante que esse código contenha as medidas e dispositivos de segurança, a carga de incêndio, ocupação, altura, área, o *check-list* de medidas em nível nacional, pois vai viabilizar inclusive a hoje sociedade globalizada, os próprios investimentos, porque se vai falar, de norte a sul, das medidas que uma empreiteira precisa ter para entrar numa licitação, o que é um grande empecilho hoje no Brasil. Onde estão os técnicos que conhecem essa área? Cada região tem que ter aquele técnico – isso vai facilitar e muito.

Nós temos, em Goiás, como eu disse, uma capacidade de atendimento aos nossos Municípios. Do início desse Governo, 68% dos nossos Municípios têm atendimento direto e, no final desse Governo, 78% terão atendimento direto do Corpo de Bombeiros Militar, em que todas as cidades acima de 30 mil habitantes estarão compostas com bombeiro. Lógico, um plano não pode estender-se apenas a esses números. O plano de gestão da organização para os próximos oito anos é chegar a 20 mil habitantes as organizações de bombeiro militar.

Qual é a grande dificuldade? Lógico, não é só o foco bombeiros militares, a demanda do serviço público

é sempre maior que os recursos. Essa é uma situação de regra geral. Nós temos o Ministério Público em todos os Municípios? Não temos. Hospitais em todos os Municípios? Não temos. Temos Poder Judiciário diretamente em todos os Municípios? Diversos serviços públicos não estão contidos em todos os Municípios. Lógico, é importante, sim, mas é preciso haver uma inteligência dessa ocupação. Com a inteligência de podermos ter o Corpo de Bombeiros Militar como instituição autônoma, viabilizou-se esse crescimento. E, obviamente, dentro da prioridade de cada Estado, esses corpos de bombeiros têm-se desenvolvido.

Agora, existem duas situações. A situação do atendimento ao socorro. Em Goiás, nós fazemos aproximadamente 220 mil atendimentos/ano. Desses 220 mil atendimentos, mais de 120 mil atendimentos são na área de prevenção, ou seja, vistorias, análises de projetos, fiscalização de todas as naturezas. E isso é estendido a todos os Municípios do Estado. Então, através das nossas ações, através da capilaridade que hoje existe dentro de Goiás, levamos a todos os Municípios que estão a mais de 50 quilômetros de uma unidade de bombeiro para atendimento de prevenção.

Então, nessa área, onde constitucionalmente o poder de polícia está contido no Estado, de forma inteligente, já temos, mesmo com esse dispositivo, situações de pessoas de má índole que procuram levar o desconhecimento com esse sistema de prevenção; temos situações já registradas em Goiás de pessoas quererem corromper o sistema, tentando fazer esse poder de polícia sem ter essa condição e, até mesmo, cobrando indevidamente de comerciantes e fazendo ações que desvirtuem ação, prevenção e bombeiros.

Há que se ter muito cuidado quando se trata do assunto poder de polícia. Eu acho que a ação de socorro e salvamento é bastante relevante, mas ao poder de polícia, que deve ser exercido pelo Estado, que é função do Estado, tem que se ter o foco para que não se possa perder a simetria que estamos querendo criar aqui, de forma a podermos levar essa prevenção ao máximo de Municípios, termos dentro dessa demanda de serviço público as questões do recurso, mas precisamos levar a prevenção a todos os Municípios. E isso, sim, é possível através do Corpo de Bombeiros Militar e das ações que possam ser desenvolvidas pelas organizações de bombeiros militares.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Caro comandante, eu lhe agradeço.

A propósito disso eu iria fazer alguns questionamentos, mas o nosso Relator tem preferência.

Vou passar a palavra, então, ao Dr. Rodrigo, para que faça a sua exposição. Em seguida, faremos os questionamentos aos expositores.

Muito obrigada.

**O SR. RODRIGO GARRIDO DIAS** – Ex<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup> Senadora Ana Amélia Lemos, Senador Paim, Senador Cyro Miranda, gostaria de, em nome do Presidente Paulo Ziulkoski, agradecer o convite para participar desta audiência tão importante. A Confederação Nacional de Municípios não poderia deixar de estar aqui para trazer a sua visão e contribuição a respeito do tema.

A mensagem que o Presidente Paulo pediu para trazer e deixar ao Senado, Senadora, é justamente de que a Confederação está inteiramente à disposição, com a sua área de estudos técnicos bem desenvolvida, e também a sua capilaridade, porque hoje é a entidade que congrega mais Municípios filiados do Brasil. Dos 5.568 Municípios brasileiros, 4.900 são contribuintes efetivamente da Confederação. Então, estamos à inteira disposição para contribuir.

Existe, como pano de fundo desse debate, Senadora, algo muito importante, que, aliás, foi tratado ontem ainda num ato público que discutia a dívida dos Estados e Municípios com a União. O que está por trás disso é a questão federativa também. O Pacto Federativo vai e volta e está presente em todos os temas.

Por que dizemos isso? A Constituição proclama o Estado brasileiro como uma república federativa. E a Constituição de 1988 inova e traz o ente Município como ente federado. É algo inédito na história do constitucionalismo mundial.

Como dividir a competência de atuação num país tão grande, com dimensões continentais, e ainda considerando Município ente federado? O constituinte originário escolheu a técnica da repartição de competências pela predominância do interesse. Ou seja, o interesse nacional cabe à União, o interesse regional aos Estados-membros e o interesse local aos Municípios.

Cuidar das pessoas é tarefa primeira de um prefeito municipal. A assistência aos municípios, cuidar da incolumidade deles mesmos, é tarefa primordial e primeira dos entes locais, na visão da Confederação. Então, a Confederação acredita que a construção de uma lei nacional que traga diretrizes, que traga padrões internacionais de segurança, também vai ter que respeitar essa autonomia dos Estados, autonomia dos Municípios e uniformizar, que é o papel da União. O papel que a União não faz na negociação das dívidas, que é de ser realmente uma mediadora, pode fazer agora editando um código nacional, que a gente espera que saia sobre essa ideia de que vivemos numa federação e que temos uma autonomia municipal a ser preservada.

O Coronel – a quem me esqueci de cumprimentar, e peço perdão por isso, mas aproveito para dirigir-me a S. S<sup>a</sup> – traz dados importantes do Estado de Goiás.

Eu queria referir-me aqui a um projeto que todos os que militam na área conhecem, que é o Projeto Brasil sem Chamas. Trata-se de um projeto financiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que tem à frente o engenheiro José Carlos Tomina e que traz alguns dados que merecem reflexão, Senadora. Por exemplo, 14% dos Municípios brasileiros não têm a presença hoje de bombeiros militares. Então, temos aí mais de quatro mil Municípios com esse déficit de serviço público, como falava o Coronel. Ao que parece, os dados de Goiás são diferentes, ainda bem, mas no Brasil não é assim, pelos dados levantados pelo Brasil sem Chamas.

Há outra coisa importante a ser considerada. Há experiências em dois Estados do Sul – temos aqui dois Senadores do Rio Grande do Sul –, mas também há experiência em Santa Catarina que não pode ser ignorada, que é a experiência de bombeiros civis. Nós temos Joinville, por exemplo, há mais de cem anos, atuando por meio de bombeiros civis. Aqui não se trata de uma discussão corporativa, absolutamente, estamos reconhecendo o enorme serviço prestado pelos bombeiros ao País, mas, na ótica dos Municípios, é preciso arejar esse debate para, se for necessário, ampliar essa discussão para conseguir chegar aos quatro mil Municípios brasileiros, que não tenhamos medo de enfrentar temas como esse, por exemplo, dos bombeiros civis e da atuação nas localidades, conforme as peculiaridades locais.

Então, na visão da Confederação, Senadora, há esta questão federativa, que a lei nacional precisa preservar, e há esse déficit de serviço público que precisamos mudar, fazer chegar a todos os Municípios brasileiros a prestação desses serviços que são muito importantes. Temos essa tragédia que ocorreu em Santa Maria, que espelha bem... E esperamos que nunca mais aconteça, que sirva de exemplo para todo o País.

Na nossa visão, é importante ampliar esse debate para compreendermos realidades que já existem no nosso País que têm sucesso. Que não fiquemos numa questão de espaço corporativo, porque não é absolutamente isso. Na visão da Confederação, essa não é a questão, não podemos ficar adstritos a ela, mas, sim, ampliarmos esse assunto para que realmente tenhamos atenção lá no ente local da melhor maneira possível. Temos perfis de Municípios muito diferentes no Brasil. Então, por que será que os Estados-membros não chegaram a um nível de prestação de serviço maior do que este que temos hoje de apenas 14%? Será que as finanças estaduais que discutimos ontem não seriam um aspecto?

O importante é que, como eu falava no início, a questão do peculiar interesse, o interesse local dos Municípios que guia a questão federativa está presente

até na leitura do art. 144, que trata da segurança pública. Quando se fala em incolumidade das pessoas no art. 144, será que o prefeito está alijado de cuidar da incolumidade das pessoas? Evidentemente que não.

É importante pensarmos numa atuação cooperada entre os entes, sem que cada um abra mão da sua autonomia e que a legislação nacional respeite essas diretrizes e leve em conta também as experiências que já existem, como essas a que me referi de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Caro Rodrigo, eu visitei recentemente Sarandi – que o Senador Paim conhece bem – e um líder local civil, não era governo, disse, com muito orgulho, que estava no campo de pouso, onde tínhamos chegado de avião, um flamante e novo carro de bombeiros, enorme, bonito, porque é muito bonito, que a comunidade tinha comprado. Então, não existe só esta experiência inédita do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, Blumenau, em Santa Catarina, que faz permanentemente uma revalidação de seus métodos do trabalho, mas também dessa localidade que se mobiliza para equipar a comunidade de um instrumento que é fundamental para a prevenção.

Passo a palavra, de imediato, ao Relator, Senador Paulo Paim, e, posteriormente, ao nosso Vice-Presidente, Senador Cyro Miranda.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, Senador Cyro Miranda, Coronel Júnior, Dr. Rodrigo Dias, eu iria fazer uma fala, mas aqui fui provocado, Senadora Ana Amélia – e V. Ex<sup>a</sup> que vai decidir porque é a Presidenta. O nosso convidado de algumas semanas atrás, o engenheiro civil Capoani, gostaria de fazer uma ou duas perguntas. O nosso papel de Relator é ouvir muito. Então, se a senhora permitir, ele faria essas perguntas e, em seguida, nós falaríamos.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Primeiro, eu prefiro ouvir os Senadores. V. Ex<sup>a</sup> está abrindo mão para ele fazer as perguntas?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Isso.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu passo a palavra ao Vice-Presidente, por questão de prerrogativa.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – E eu falo depois. Eu apenas fiz esse encaminhamento porque as perguntas dele podem me ajudar.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Perfeito.

Eu queria aproveitar para anunciar a presença do Dr. Luiz Alcides Capoani, que é o Presidente do CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do

Rio Grande do Sul, e do engenheiro Sérgio Boniatti, que é Diretor Financeiro do CREA. Ele esteve, como disse o Senador Paim, falando aqui como convidado na 4<sup>a</sup> Reunião.

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO)

– Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, Presidente desta Comissão Temporária. Senador Paim, Relator e amigo, nossos convidados, Sr. Rodrigo e o nobre Cel. Carlos Helbingen Júnior, que conheço já de algum tempo, que comanda a gloriosa corporação de bombeiros do nosso Estado. O Coronel é uma pessoa extremamente preparada e nós temos o privilégio de ter esse comando sob essa batuta, o que não é fácil.

Eu pergunto: esta é a nossa última audiência, Senadora, para instruir o nobre Relator?

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) –Exato.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO)

– Eu acho que esta Subcomissão tem por obrigação dar subsídios para que a gente feche um projeto substancial em tudo o que ouvimos a fim de minorar esses acontecimentos.

A pergunta é para o Cel. Carlos. Sabe-se que um grupo de trabalho composto por bombeiros e pessoas envolvidas no debate acerca da prevenção e combate ao incêndio tem se reunido no âmbito do Ministério da Justiça para elaborar proposta de legislação semelhante àquela que se pretende elaborar nesta Comissão. O senhor é membro desse grupo de trabalho? O senhor tem notícias do que vem sendo elaborado por esse grupo de trabalho?

Segundo, a gente ouve falar muito das demandas e dos poucos recursos. Qual é o percentual de recursos para a corporação que vem do Estado e que vem do Ministério, do Governo? E, se é possível, através da entidade dos senhores, elaborar um elenco de reivindicações das primárias que o Congresso, em especial o Senado, possa contribuir para que isso ande. Digo isso porque vira e mexe nós somos questionados. Há pouco tempo, Brasília ia dispor de um equipamento porque ganhou um equipamento novo. Então, pediu-me para interceder para que aquele equipamento fosse para Goiás. No país inteiro há esse tipo de solicitação, essa necessidade de demandas que estão reprimidas, muitas vezes essenciais.

Lembro que, praticamente há 20, 22 anos, o Corpo de Bombeiros de Goiás não possuía uma escada magirus; a escada deles não atingia o quarto andar de um prédio. Quer dizer, vejam como sofrem esses homens que, diante de uma realidade, são expostos a condições precárias. Então, faço essas perguntas, a fim de vermos como podemos colaborar.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Comandante está com a palavra.

**O SR. CARLOS HELBINGEN JÚNIOR** – Obrigado.

Nós estamos, como eu disse, representando a Liga Nacional dos Bombeiros. Mesmo em nível de Senasp, nós fizemos uma comissão pela Liga, Goiás se faz representar, temos lá um oficial que é engenheiro. Todos os Estados que encaminharam para esse projeto fizeram questão de enviar uma pessoa com alto grau técnico para entrar com igualdade de condição com qualquer técnico para a montagem dessa minuta, que certamente tem o grande objetivo de alicear esses trabalhos. Nós estamos, então, de forma indireta, participando, acompanhando todos os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos na Senasp.

Quanto à segunda pergunta, a questão do aparelhamento, hoje, nós estamos com a interação organizacional muito forte. Quanto à questão da doação desses equipamentos para Goiás, desse pedido que fizemos, qual é o fato? Temos hoje um foco no entorno de Brasília. Como eu disse, a nossa meta é de ocupar todas as cidades com 30 mil habitantes. Necessitamos ocupar quatro cidades que ainda não têm a nossa organização. Inclusive, em uma delas, teríamos uma audiência com a prefeita hoje, mas fomos substituídos em razão desse pedido do Cel. Caetano para que pudéssemos estar aqui.

Investimentos. Vamos falar primeiro em investimentos, de maneira geral. Quando se diz que, numa organização, o que se tem de maior potencial, de mais caro naquela organização são as pessoas, isso é verdade. Primeiro, pelo conhecimento. Segundo, pelo conhecimento intangível que ele tem. Terceiro, a folha de pagamento de uma organização é mensalmente R\$13 milhões. Nós somamos aproximadamente R\$150 milhões, no Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás, para fins de capacitação e pagamento de folha de pagamento. Nós temos um orçamento que gira em torno de R\$7 milhões. Foi criado pelo Governo o Fundo de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros. Não foi uma invenção. Alguns outros Estados, como Minas Gerais e Pernambuco, já estão fazendo esses fundos.

O Corpo de Bombeiros é um ente que tem a capacidade de captação de recurso. Então, para fins de investimentos com convênios, contratos, parcerias, nós conseguimos, neste ano, o investimento de R\$38 milhões no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás; e direcionado ao Fundo de Reaparelhamento. Contudo, leva-se um tempo para fazer com que isso se desenvolva. O senhor conhece; todos os senhores conhecem o sistema licitatório. Há uma demanda urgente para ocupar a região do entorno, como eu disse.

E, em razão das parcerias, houve aquela solicitação feita para que pudéssemos, sim, ocupar e já de imediato. O Governo de Goiás já autorizou a homologação e o chamamento de 300 novos bombeiros para que possamos cumprir essa meta.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco/PSDB – GO) – Coronel, mas eu não queria regionalizar. Eu queria saber, em termos gerais, qual é a contribuição do Governo Federal e dos Governos estaduais? E, quanto às demandas não localizadas, que prioridades a Liga está identificando para que a gente possa contribuir com alguma coisa, de forçar o Governo Federal a apoiá-los. Eu sei que vocês são deficientes em uma série de equipamentos.

**O SR. CARLOS HELBINGEN JÚNIOR** – O que acontece, como eu disse na minha fala, é que o bombeiro é considerado o anjo da sociedade. Só que, como não há esse incomodo na área de segurança, acaba que não há a prioridade de investimento. Então, a grande luta – em nível de Governo Federal, em nível de Senasp – é ter o espaço de investimento. Quando há algumas ações de Governo para fins de investimento em segurança pública, geralmente os bombeiros ficam a parte. Por isso a criação da Liga e a necessidade de falar: “Opa, estamos aqui.”

Em situações como essa, se faz presente a necessidade de investimentos, pois não adianta chegarmos a um Município – se queremos ocupar os Municípios – e falarmos para o prefeito: “Prefeito, construa aqui uma unidade de bombeiro.” Porque o Município também não dispõe... A maioria, talvez, dos nossos Municípios, somente os pequenos, vive do Fundo de Participação dos Municípios. Não vão conseguir sustentabilidade dessas ações. Precisa, sim, de ter uma preocupação – concordo com o companheiro – em níveis estadual, federal e municipal.

Então, essa parceria e o investimento, em nível de Governo Federal, com a participação da Liga, com a participação da sociedade, são importantes para que se possa dar aos corpos de bombeiros o quinhão necessário nos investimentos. Hoje são bastante incipientes os investimentos na área de bombeiros. Nós entramos na Força Nacional, entramos, apesar de demandas na área de segurança, mas nunca há a visibilidade necessária no investimento. A cobrança social geralmente vai para a área policial.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço ao Comandante.

A pedido do Senador Paim, então, passo a palavra ao Presidente do CREA do Rio Grande do Sul, Alcides Capoani.

**O SR. LUIZ ALCIDES CAPOANI** – Boa tarde, Senadora. Boa tarde, Rodrigo, da Confederação. Co-

ronel Carlos, eu vou fazer uma exploraçãozinha, se a Senadora assim permitir. E também cumprimento os demais Senadores. E vou fazer perguntas aos dois concomitantemente. Pode ser dessa forma? Ou preciso me dirigir a um e depois a outro?

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor, por favor, faça o encaminhamento ao Coronel, que foi o primeiro expositor, depois ao Dr. Rodrigo.

**O SR. LUIZ ALCIDES CAPOANI** – Bom, Coronel, em primeiro lugar quero dizer do respeito que ao menos nós temos – e eu tenho certeza que toda a sociedade – pelos corpos de bombeiros de todo o País.

Mas, lamentavelmente, nós podemos ver que foi uma experiência negativa essa questão do incêndio que, no nosso entendimento, poderia ter ocorrido em que lugar do País. E por quê? Essa é uma visão que nós temos e quero ouvir a sua opinião.

O senhor falou em “corpo técnico”. Nós sabemos que os bombeiros têm uma formação – não sei se é o caso lá de Goiás –, lá do Rio Grande do Sul, que é militar. Então, não há, no Corpo de Bombeiros, o seu quadro técnico. Ou seja, não há, dentro do Corpo de Bombeiros, o cargo de engenheiro, de arquiteto, enfim, até da Medicina. São pessoas necessárias, da Engenharia Química, que estudam essa questão da prevenção contra incêndios. É uma formação militar. Então, o bombeiro, no nosso entendimento, combate o fogo e salvar vidas.

Nós sabemos – e a gente adquire esse conhecimento através da academia – que, para ser fazer um projeto de prevenção contra incêndio, é necessário, além de se estudar o cenário, é necessário ter conhecimento de materiais, de estruturas, de materiais de construção, enfim, vários elementos são importantes para se fazer um projeto que possa dar segurança contra incêndios.

Estive no Espírito Santo, onde vi uma experiência bem interessante. O Corpo de Bombeiros trabalha de forma integrada com a prefeitura, com a universidade e o CREA no sentido de ter uma comissão de estudos técnicos permanente, para o desenvolvimento de materiais de combate a incêndios. Trabalham de uma forma integrada, o que achei muito importante. O Corpo de Bombeiro também tem o seu quadro técnico; lá dentro há profissionais, na carreira de bombeiro, de áreas específicas. Então, não sei é o caso. Vi que o senhor falou em um oficial. Não sei se tem lá no Goiás esse quadro técnico. Qual é a sua visão? O senhor acha que é importante?

Só para concluir, então, o senhor falou também na questão do *check-list*. Nós entendemos, quando o senhor falou do Funrebom, que é importante essa

taxa, porque ela dá condições ao Corpo de Bombeiros instrumentalizar e melhorar os equipamentos, os aparelhos. Mas existe uma questão que é importante com relação à aprovação de projetos. Temos muitos problemas com relação a isso. E foi o caso de Santa Maria, porque quem dá o licenciamento lá é o próprio Corpo de Bombeiro. Entendemos que quem tem de aprovar é um profissional – e aí vou em relação aos colegas dos Municípios –, é o Município, porque assim a Constituição delegou, ou seja, no Município mora o cidadão. Então, gostaria de ouvir a sua visão com relação ao que estou indagando.

**O SR. CARLOS HELBINGEN JÚNIOR** – Primeiro, um esclarecimento. Não é no Goiás, mas em Goiás. Nós temos, sim, qualificação profissional. Gostaria de convidá-lo. O senhor disse: “O senhor tem a qualificação militar.” Militar é uma das nossas qualificações. O senhor está aqui em Brasília e o convido a conhecer a Academia de Bombeiros Militar, onde há qualificação profissional, onde se tem todas as matérias que qualificam um bombeiro para fazer análise de projeto. Obviamente, aprendem-se as sete ferramentas. Ali, sim, há cálculo, eletricidade, resistência de materiais. Aliás, nós damos aulas nas faculdades de Engenharia para qualificar os engenheiros a fazer essas ações. Isso em todo o Brasil. De forma que temos, em Goiás, e exemplos em todo o Brasil, de bombeiros dando aulas, vivendo essa integração – que o senhor disse que é tão importante – com as faculdades de Engenharia. Os nossos quadros profissionais são totalmente capacitados – isso é juridicamente comprovado – para fazer essa análise, não havendo necessidade de um quadro técnico específico. A análise técnica é feito pelos oficiais do Corpo de Bombeiros, que tem essa qualificação profissional sim.

Quando se trata de poder de polícia, nós aqui vimos duas situações. Eu falei em poder de polícia, nosso companheiro falou em socorro. O poder de polícia é algo que tem de ser levado, sim, com muita seriedade porque, como disse, são quatro mil Municípios. Se eu fosse um empreiteiro que quisesse fazer algo realmente com baixo custo e com dano à sociedade, eu montaria um bombeiro comunitário e depois faria um empreendimento. Então, tem, sim, de ter muito cuidado quando se fala em delegar ações que são de Estado, ações que envolvem poder de polícia em níveis que, talvez, não tenham condições, nesses quatro mil Municípios, de recepcionar essa ação.

Qual foi a outra pergunta que o senhor fez?

**O SR. LUIZ ALCIDES CAPOANI** – Não sei se posso só fazer...

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É por causa do nosso tempo. Nós uma votação, ainda.

**O SR. LUIZ ALCIDES CAPOANI** – Senadora, para concluir, então, para o Coronel.

Quero dizer o seguinte: a gente tem, lá no Rio Grande do Sul, contato com os colegas. Quando o senhor falou do conteúdo, se as academias do Corpo de Bombeiros têm o conteúdo de mecânica dos fluidos, de todas as questões que são inerentes à análise de projetos, então, têm uma grande justiça ao Corpo de Bombeiros. Eu, pela primeira vez, ouvir falar, dessa questão, porque, Senadora, quando falamos assim, nós entendemos que para um projeto seja um projeto que atenda aos interesses da sociedade, ele não pode ser corporativo. Ele tem que ter todos os pensamentos. E aí nós entendemos que os nossos profissionais e o Corpo de Bombeiros são importantes, assim como o próprio Judiciário. Porque, quando um juiz dá uma liminar, ele tem que saber o que ele está...

Já vou concluir, Senador. É importante entendermos que tem que ser uma legislação que atenda e que também não prejudique os Municípios, o empresário que está lá. Ela tem que ser mais simples e mais direta.

Era isso que eu queria colocar. Realmente eu não concordo com V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. CARLOS HELBINGEN JÚNIOR** – E só para responder a sua pergunta, temos, sim, em nossos quadros: oficiais engenheiros, arquitetos, mas eles não fazem por serem oficiais engenheiros e arquitetos. São bombeiros militares oficiais, com competência legal para executar essas ações. E capacidade.

**O SR. LUIZ ALCIDES CAPOANI** – Que fazem a análise de projetos?

**O SR. CARLOS HELBINGEN JÚNIOR** – Que fazem análise de projetos.

**O SR. LUIZ ALCIDES CAPOANI** – Muito bem.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu penso que, nesse assunto, como o Brasil é muito grande, o caso de Goiás pode não ser igual ao de outros Estados brasileiros. Então, é elogável. Como acontece em São Paulo.

A exposição feita aqui sobre a situação de São Paulo mostra uma situação de excelência no Corpo de Bombeiros de São Paulo. Mas essa não é a realidade.

Então, eu imagino, Comandante, que, na verdade, o que o Capoani está fazendo – as pessoas falam em corporativismo –, é defender o corporativismo dos engenheiros civis também, que ele defende.

**O SR. CARLOS HELBINGEN JÚNIOR** – Desqualificando uma corporação histórica que faz....

**O SR. LUIZ ALCIDES CAPOANI** – Não foi essa a intenção.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não. Não. Não. Deixa eu lhe falar...

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Daqui a pouco eu vou me sentir culpado, já que fui eu que abri aqui...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Não, Comandante, eu quis agora, aqui, fazer...

**O SR. CARLOS HELBINGEN JÚNIOR** – Ele colocou: vocês, militares... a nossa qualificação não é militar, nós somos bombeiros militares...

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu entendi aqui, perfeitamente, a posição...

**O SR. LUIZ ALCIDES CAPOANI** – Eu disse aqui que temos que trabalhar de forma integrada, bombeiros e...

**O SR. CARLOS HELBINGEN JÚNIOR** – Sim, é o que nós mais fazemos.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O que ele falou, Comandante, eu vou dizer aqui. Ele colocou da possibilidade de parcerias entre entidades como os CREAs até universidades, que têm os seus engenheiros, de participar juntos com a instituição do Corpo de Bombeiros, militar ou civil, a fazer essa atuação.

Eu entendi claramente. E, nenhum momento, ele questionou isso. Acho que ele, como eu, se surpreendeu com a qualificação ao senhor dizer com muita segurança que dá aulas nas universidades. Eu me surpreendi.

**O SR. LUIZ ALCIDES CAPOANI** – Eu também me surpreendi.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor tome isso como um elogio ao que vem fazendo o Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás.

**O SR. CARLOS HELBINGEN JÚNIOR** – Inclusive, nós fazemos cursos e convidamos o CREA para fazer essa qualificação, porque, na maioria das faculdades de engenharia não existe essa disciplina.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu entendo que, na prática, o Corpo de Bombeiros, para fazer uma vistoria e uma avaliação concreta dos riscos que uma edificação pode ter, tem que ter conhecimento de cálculo, tem que ter conhecimento... O que está acontecendo lá em São Paulo, com as nossas... Já estão nos chamando para votar.

Então, eu queria – desculpe-me o Capoani –, passar a palavra ao Senador Paim, para gente....

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – E eu vou ser muito breve porque estão chamando para votar a MP dos Portos, em que temos compromisso.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Nós temos que ir para lá.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Eu só queria cumprimentar nossos dois convidados e dizer que o Coronel reafirma algo que eu estava acompanhando a distância, mas alguém do Ministério da Justiça de lá já

esteve conversando também conosco, como Relator, aqui na Comissão.

Eu, como Relator, sempre tive esta preocupação de que a gente tenha um trabalho integrado. Daqui a pouco, nós estaremos fazendo um projeto aqui, o Paulo Pimenta faz um projeto lá e o Ministério da Justiça faz outro projeto lá. Aí não dá, efetivamente.

E, com todas as contribuições que nós estamos recebendo na relatoria... Eu tive uma boa conversa ontem com o Paulo Pimenta, que me visitou. Eles estão bem avançado já no projeto que estão elaborando. Eu até dizia a ele, Senadora Ana Amélia, tomando a liberdade, que esta era nossa última audiência e, no dia em que formos terminar, o convidaremos quem sabe até para trocarmos informações e um subsidiar o outro de forma a que saia um único projeto – um projeto do Congresso, Câmara e Senado. Não importa a paternidade e, sim, o somatório. E que vai na linha de um código mínimo, de uma lei mínima. E aí integrada com o Ministério da Justiça.

Eu estive lá conversando um pouco, falei por telefone com eles e eles mostraram uma enorme simpatia de que essa produção – na verdade, subsídios – que os senhores nos passaram aqui e que o Paulo Pimenta recebeu lá – ele está, inclusive, em Porto Alegre nesse fim de semana, em duas reuniões, fazendo visitas a autoridades que não puderam vir – que a gente possa, na última reunião, fazer esse somatório e caminharmos para uma única proposta. Se não, daqui a pouco, vem uma do Executivo, vem uma da nossa Comissão, vem uma da Câmara e, como diz o outro, ninguém entende mais nada.

Então, acho que estamos caminhando bem, os subsídios que os senhores deixaram aqui são fundamentais. Esta audiência está sendo gravada e nós a usaremos para construir o relatório esta semana. Nós encerramos no dia 24; no dia 24 o relatório vai estar pronto, mas vai nessa linha. É isso o que mais ou menos nós estamos conversando. Do Ministério da Justiça ao nosso aqui e aquele que a Câmara avançou.

Era isso.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Paim, eu queria cumprimentá-lo porque V. Ex<sup>a</sup> abordou uma questão crucial. Menos mal que, até agora, a pauta tem sido tratada no âmbito da Senasp, em que o Comandante está participando. O Sebrae estão participando. Mas o Dr. Rodrigo trouxe aqui uma informação que a mim é nova e que aí eu sugiro ao Consultor Legislativo que o está acompanhando, porque o Ministério da Ciência e Tecnologia tem o Projeto Brasil sem Chamas, cujo coordenador é o engenheiro José Carlos Tomina. Quer dizer, é esse o problema de muitas ações dispersas que acabam

provocando perda de energia de nossa parte e recursos, às vezes....

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – E com boa intenção.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E com boa intenção. Então, penso que é extremamente correto de V. Ex<sup>a</sup> aproveitar o que a Câmara fez, o Senado junta. E penso que seria importante também ver no Ministério da Ciência e Tecnologia o que significa esse Projeto Brasil sem Chamas, que acho é de extrema valia. Porque certamente a tecnologia e a ciência estão juntas.

Eu queria agradecer ao Comandante Carlos Helbingen Júnior, o nosso Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás; e também ao Rodrigo Garrido Dias, representante da Confederação Nacional dos Municípios.

Queria também agradecer aos convidados que estiveram aqui: Luiz Alcides Capoani, Presidente do CREA/RS; o Sérgio Boaniatti, Diretor Financeiro do CREA/RS; e aos demais convidados que vieram aqui. Agradeço muito a Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4<sup>a</sup> Reunião da Comissão.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a Ata.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a reunião que faremos da finalização dos trabalhos.

Obrigada. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente.

(*Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 17 minutos.*)

#### ATA DA 6<sup>a</sup> REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 6<sup>a</sup> Reunião, realizada em 23 de maio de 2013, às 14 horas e 34 minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Ana Amélia (PMDB/RS)** e com a presença dos Senadores: **Paulo Paim (PT/RS)**, **Eduardo Suplicy (PT/SP)** e **Pedro Simon (PMDB/RS)**. Deixaram de comparecer, justificadamente, os Senadores: **Jorge Viana (PT/AC)**, **Cyro Miranda (PSDB/GO)** e **Gim Argello (PTB/DF)**. Na oportunidade foi aprovado o Relatório Final da Comissão. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro aberta a 6<sup>a</sup> Reunião da Comissão Temporária, que foi criada pelo Requerimento 18, de 2013, com a finalidade de realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios

no Brasil e elaborar proposta concreta, e eficaz, e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo, como referência, rigorosos padrões internacionais.

A pauta de hoje é para a apresentação e apreciação do relatório final desta comissão. Foi criada, lembrando, por uma iniciativa do Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim, do PT do nosso Estado, e eu, do Partido Progressista, também do Rio Grande do Sul, tendo em vista a tragédia que abalou o País e, de modo muito particular, o Rio Grande do Sul e a cidade de Santa Maria, com a tragédia da morte de 242 pessoas na boate Kiss, no mês de janeiro deste ano. A comissão foi composta, teve o prazo de 60 dias. Nós estamos encerrando exatamente hoje.

Estamos encerrando exatamente hoje os 60 dias, concluindo os nossos trabalhos, sem prorrogação, numa colaboração com a Secretaria do Ministério da Justiça que trata das questões relacionadas à prevenção e também a Câmara dos Deputados com a parceria do Deputado Paulo Pimenta que igualmente é o Relator de uma proposta semelhante à que trabalhamos aqui.

Concedo a palavra, portanto ao Relator desta Subcomissão, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, Senhoras e Senhoras, meus cumprimentos aqui no Plenário ao Carlos Moura que foi Presidente da Fundação Palmares, um dos criadores da Fundação Palmares.

Meus cumprimentos ao Eloi Ferreira que foi Ministro de Estado da Seppir e também Presidente da Fundação Palmares e meus cumprimentos ao Martin Chagas, que é um militante e, durante longo período, foi da Executiva do nosso Partido em nível nacional que fizeram questão, embora tenham uma audiência comigo mais tarde, de primeiro chegar aqui para poder assistir ao nosso relatório.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência endossa os agradecimentos e os cumprimentos aos visitantes ilustres, Senador Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, nesse período fizemos aqui, sob a sua competente Presidência, inúmeras audiências públicas a partir do que aconteceu em Santa Maria, lamentavelmente, e nessas audiências públicas – V. Ex<sup>a</sup> naturalmente vai comentar depois – ouvimos todos os setores da sociedade. Ouvimos empreendedores, empresários, trabalhadores, técnicos de segurança no trabalho, engenheiros, arquitetos, bombeiros, o Ministério da Justiça. Enfim, ouvimos e conversamos, tanto eu, quanto a Senadora, com o Paulo Pimenta que é o Coordenador da Comissão na Câmara dos Deputados. Diria que ouvimos todos os setores da sociedade que

deram belas contribuições para esse relatório e a resposta final que, no meu entendimento, acabou se somando é principalmente de a gente ter um código mínimo que seja que balize, em nível nacional, como é que podem funcionar as casas de shows principalmente a partir do que aconteceu em Santa Maria.

Nosso relatório, respeitando o belíssimo trabalho que está fazendo também o Ministério da Justiça, tanto eu, como a Senadora, o Senador Ciro e o Senador Simon sabíamos que aqui não estamos inventando a roda. Estamos nos somando a todos aqueles setores que estão dando a sua contribuição na construção desse código mínimo que vai na linha de combater acidentes. Enfim, principalmente na questão dos incêndios.

Aqui eu vejo muito que se fala no relatório das responsabilidades, da segurança, do cuidado que tem que ter. A gente nunca sabe como nossos filhos, enfim, como eles saem de casa e como vão voltar principalmente quando vão, por exemplo, em uma dessas casas de show.

Eu vou me dirigir, se a Senadora assim concordar, para não entrar no detalhe de cada fala de todos aqueles que deram sugestões – nem vou citar que existe aqui, se não me engano, cinco ou seis projetos tramitando no Senado – há outros na Câmara e todos são comentados e dão a nossa posição sobre o tema na linha em que todos são construtivos e todos são positivos – às últimas duas folhas que é o item 5, conclusão da Comissão.

Eu agradeço muito à Consultoria do Senado pelo trabalho que fez na figura do Consultor Eugenio Arcanjo que, durante todo o período dialogou muito comigo, com a Senadora, com os outros Senadores não medindo esforços para que esse relatório fosse apresentado no dia de hoje.

Então, a partir disso, eu vou para a última duas folhas: Conclusão da Comissão. A tragédia de Santa Maria de 27 de janeiro de 2013 galvanizou, além da indignação pública e geral, o esforço de setores organizados da sociedade e dos agentes públicos na direção da criação de medidas que evitem omitirem significativamente evento dessa natureza. Dentre os esforços de natureza normativa, posto que é nosso papel, como legisladores, destacamos aqui a Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que já tinha iniciado o trabalho antes do nosso. Por isso, está correto aqui o destaque que resolvemos dar a essa comissão. Repto: destacamos aqui a Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre Santa Maria, presidida pelo gaúcho Deputado Paulo Pimenta, e os grupos de trabalho criados pelas Portarias nº 16, nº 17, nº 18 e nº 19, da Secretaria Nacional de Segurança, de 21 de março de 2013, com as finalidades, respectivamente,

de instituir grupos de trabalho com os objetivos: propor uma minuta de código nacional de segurança contra incêndio e pânico; propor uma regulamentação para as atividades dos corpos de bombeiros militares e dos corpos de bombeiros civis, municipais e voluntários; propor a padronização dos procedimentos operacionais para os corpos de bombeiros militares do Brasil; propor um programa educacional nas escolas, acerca dos serviços de bombeiros militares, todos integrados por representantes da própria Senasp e dos corpos de bombeiros militares de todas as regiões do País, bem como representantes da sociedade civil convidados.

Obviamente, todos esses grupos têm realizado um trabalho altamente relevante e que refletirá quando exorbitar o poder regulamentar do Poder Executivo, em normas a serem apreciadas pelo próprio Congresso Nacional. Porém, os trabalhos da nossa Comissão contemplaram tanto as propostas apresentadas em audiência formal, como em encontros de trabalho.

Sabe-se também que o Grupo de Trabalho nº 16, do Ministério da Justiça, vem trabalhando em contínua interface com a Comissão Externa sobre Santa Maria da Câmara dos Deputados, a qual distintamente desta Comissão do Senado, no intuito de oferecer ao cabo uma proposição legislativa. Isso sinaliza uma saudável interação entre os órgãos com competência para normatizar, o que é muito bem-vindo, ante a justa demanda da população para que tenhamos, com urgência, os comandos legais para banir da nossa realidade acontecimentos como o de Santa Maria.

Destarte, tendo em conta que a Comissão Especial do Senado Federal obteve, ao longo de suas discussões, exatamente essa preocupação e a recomendação de uma normativa mínima, clara, uniforme, em nível nacional. A proposta principal de nossa Comissão Especial do Senado Federal é de que aprovemos um voto de apoio pelos trabalhos que vêm sendo realizados pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados, dedicada, ao mesmo tempo, ao Grupo de Trabalho nº 16, da Senasp, para a elaboração de um Código Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico.

Ao mesmo tempo, oferecemos as reflexões dessa Comissão ao presente relatório final como subsídio para o desenvolvimento dos trabalhos mencionados e resevamo-nos o direito de apreciar com a necessária isenção e o aporte crítico que aqui obtivemos quando da tramitação das proposições aqui no Senado.

Para configurar com mais precisão nossa conclusão pela confluência dos esforços de confecção normativa, ao invés de manifestar mais um texto, expomos os principais pontos do trabalho do Grupo nº 16, do Ministério da Justiça, que demonstram como se torna mais consequente caminhar no sentido conjunto,

ou seja, trabalhar juntos para uma construção coletiva que atenda a todos.

A proposta que vem sendo finalizada no âmbito do Grupo de Trabalho nº 16 é resultado do trabalho diuturno de milhares de bombeiros militares de todo o Brasil, imbuídos do compromisso de proporcionar segurança e desenvolvimento à sociedade brasileira, no que diz respeito aos diversos aspectos de suas atribuições constitucionais.

Como órgãos constitucionalmente designados para prestar o serviço de segurança contra incêndio e pânico, necessário se faz que aos corpos de bombeiros militares sejam fornecidos instrumentos capazes de exigir e viabilizar edificações e áreas de risco seguras, não apenas materiais, mas também aparatos jurídicos claros. Nesse aspecto, cabe ressaltar que o tema já se encontra pacificado jurisprudencialmente, no que diz respeito a algum alegado conflito de competência entre bombeiros militares e engenheiros, como de alguma maneira se configurou nos debates nas audiências públicas aqui realizadas.

Há seguidas decisões judiciais que garantem aos bombeiros militares a competência para a prevenção e fiscalização das edificações, no que diz respeito a incêndio e pânico. Esse instrumental jurídico consubstancia-se no que se pode denominar e definir na nova norma do Poder de Polícia Administrativa do Corpo de Bombeiros Militar, que tem previsão na própria Constituição.

Há dominância de opiniões de que sem essa competência não será possível desempenhar de modo eficiente, eficaz, o seu serviço de proteção contra incêndios e emergências, dentro dos limites do Direito, em especial da lei, da realidade e no campo da razoabilidade.

Nos termos da Constituição, os Corpos de Bombeiros são os órgãos da Administração Pública, a entidade estatal que detém a competência e, por conseguinte, a responsabilidade pela salvaguarda da vida e do patrimônio. Nesse sentido, de melhor organização institucional das competências do nosso país, torna-se conveniente, inclusive, que as denominações profissionais sejam melhor delimitadas, reservando-se o título de Corpo de Bombeiros Militar apenas para os agrupamentos oficiais militares previstos na nossa Constituição. Com a finalidade descrita acima, as demais pessoas fora do Corpo de Bombeiros Militar, que prestem serviços correlatos, devem ser denominados serviços de bombeiros privados, brigadistas privados ou, ainda, bombeiros civis, conforme manda a Lei nº 11.901.

Vale salientar que a eventual retirada do título Bombeiro para o Brigadista não representaria nenhum

demérito para o profissional, podendo até, pelo contrário, representar uma elevação em seu status como agente de prevenção e combate ao fogo intramuros e como colaborador privilegiado do Corpo de Bombeiros Militar.

A necessidade de um Código Nacional justifica-se pela importância de se ter uma padronização das normas de segurança contra incêndio e pânico, de modo a deixar claro quais exigências são necessárias para as edificações e a área de risco. Independentemente da unidade da Federação, essa padronização proporciona segurança e confiabilidade a todos os que trabalham com essa atividade. A proposta do Código em discussão, do GT 16, além de definir as diretrizes gerais da segurança contra incêndio e pânico no Brasil estabelece exercício do poder de polícia administrativo de modo uniforme para todos os Corpos de Bombeiros Militares do Brasil.

Atualmente, existem corporações que têm divergências quanto à coercibilidade, e, o que é pior, alguns não possuem essa atuação, tornando suas atividades insuficientes, prejudicando a sociedade no atendimento a sua garantia constitucional no campo da segurança. Outra característica da proposta é que a Lei estabelece as linhas gerais de segurança contra incêndio e pânico no Brasil, deixando a normatização do detalhamento técnico das medidas de segurança para instruções técnicas no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar. Isso proporciona a flexibilidade necessária que a atividade exige, tendo em vista a constante evolução de técnicas, materiais e equipamentos utilizados na área, bem como as peculiaridades regionais existentes. Em que pese essa flexibilidade, a proposta de lei também estabelece que essas instruções técnicas sejam padronizadas em todo o Brasil, orientando uma necessária organização das corporações. Por outra parte, contemplando as demandas do setor privado, uma dificuldade atual para o empreendedorismo e a grande burocracia existente nos diversos órgãos públicos, no tocante ao licenciamento de suas atividades econômicas. A proposta do Código do GT 16, leia-se Ministério da Justiça, já está alinhada com essa realidade, determinando uma simplificação, padronização e racionalização nos procedimentos administrativos relacionados à segurança contra incêndio e pânico. Por fim, a preocupação com a segurança contra incêndio e pânico, no Brasil, atualmente não é difundida de forma universal. Nem todos os Municípios adotam atividades relativas ao tema. A ideia da proposta, portanto, é incentivar a expansão de serviços de segurança e educação pública, de maneira atender o maior número possível de Municípios de forma direta.

Concluímos nosso relatório final da Comissão Temporária, criada pelo Requerimento nº 18, de 2013, com a finalidade de realizar levantamento da legalização pertinente à prevenção e ao combate a incêndio no Brasil e elaborar proposta concreta e eficaz, de alcance nacional, de normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

Cumprimento, com enorme respeito e carinho, a Presidente desta Comissão, Senadora Ana Amélia, pela dedicação incansável que teve durante todo esse período. Na mesma linha, cumprimento também o Exmo Vice-Presidente, Senador Cyro Miranda, e o nosso sempre colaborador que aqui esteve, Senador Pedro Simon.

Encerro, assim, cumprimentando a Comissão Externa sobre Santa Maria, da Câmara dos Deputados, e o grupo de trabalho criado pelo Poder Executivo, coordenado pelo Ministério da Justiça, sugerindo que esse parecer seja encaminhado a esses grupos de discussão, na íntegra, com objetivo de juntar formularmos uma única proposta final que incorpore todas as sugestões providas sobre a matéria para o bem da segurança da população brasileira.

Tenho certeza de que o projeto que está sendo praticamente terminado e que vai ser protocolado pela Comissão da Câmara dos Deputados, sob a coordenação do Deputado Paulo Pimenta, contemplará o que aqui discorremos. E, com certeza, o projeto vindo para esta Casa, nós, com a maior tranquilidade, poderemos nos debruçar sobre o mesmo e encaminhar um complemento, se assim for necessário, em relação a tudo aquilo que discutimos.

Espero que o projeto do Código Nacional de Combate a Incêndio seja aprovado com brevidade nas duas Casas legislativas. Srª Presidenta, permita-me só um comentário à parte. Houve uma preocupação desde o início, tanto de minha parte, como na de V. Exª – e tenho certeza que na parte do Senador Simon, do Senador Cyro, do próprio Ministério da Justiça e da Comissão da Câmara –, que não nos preocupássemos aqui com cada um encaminhar um projeto para dizer quem encaminhou ou não encaminhou. A única preocupação que nós todos tivemos é construir um bom projeto em parceria com o Ministério da Justiça, com a Comissão da Câmara, coordenada pelo também gaúcho Paulo Pimenta, e que possamos, enfim, ver a matéria aprovada com rapidez nas duas Casas.

É esse o relatório, Srª Presidenta.

Eu vou ter uma pequena alternação, só na última página. Por isso, eu pediria à assessoria que eu tenho uma correção a fazer, antes de assinar, que não altera em nada o mérito.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Paulo Paim, antes de colocar a palavra à disposição do Senador Pedro Simon, eu queria cumprimentá-lo pela qualidade do relatório. Na verdade, se a sociedade esperasse um elenco de projetos de nossa iniciativa, talvez não... O papel aceita muitas coisas, não é, Senador Simon? Mas, na verdade, o esforço que foi feito por esta Comissão foi ouvir os diferentes – e também para os nossos convidados e os do Senador Paim – setores especializados nessa matéria.

A área da defesa civil, a engenharia civil, as edificações precisam de critérios de segurança na sua elaboração, ecumênicas aberturas, saídas, a questão, evidentemente, que tem um papel crucial e evidentemente também ouvimos que são os administradores dessas, ou de qualquer empreendimento, não necessariamente, que foi o caso desse incêndio, mas um estádio pode acontecer uma tragédia como nós tivemos na Bahia, em que houve uns problemas e ele com excesso de peso, como outros eventos em grande aglomeração um supermercado, tivemos no Rio Grande do Sul, incêndio nas Lojas Renner, nos anos 80, então o espírito aqui foi juntar todo esse pensamento e aqui está muito bem consubstanciado no relatório do Senador e sobretudo ao Senador Paulo Paim. Coloco, portanto, o relatório em votação.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Srª Presidenta.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. PP – RS) – Sim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Só um aparte. Antes da votação. Eu já havia entregue o relatório quando recebi uma grande contribuição de um poeta do Rio Grande do Sul sobre a questão de Santa Maria. Conversei, quando vinha para cá, com o nosso consultor e ele me disse que essa contribuição, em relação à Santa Maria, poderia entrar – não é consultor? – como epígrafe. Então, se V. Exª me permitir gostaria de terminar com esse pequeno registro.

Senhoras e senhores, encerro a leitura do nosso relatório lendo o poema "Morri em Santa Maria", do escritor e poeta gaúcho Fabrício Carpinejar, em homenagem às vítimas de Santa Maria. Esse poeta é lá da sua cidade, Senador Simon, de Caxias do Sul. Ele mandou-me hoje pela manhã. Li correndo e pensei: vou ter de acertar para colocar no final. Achei, apesar da tristeza do poema, como V. Exª, que há grandeza no que ele escreveu.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco/PMDB – RS) – O pai dele é gaúcho e membro da Academia Brasileira de Letras e a mãe é Procuradora-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. Ele é esse geniozinho poético de que V. Exª falou.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Dizem que ele é um gênio, que o rapaz é um gênio. Recebi. Gostaria que completasse, inclusive, com a citação sobre a origem dos pais e sobre a Academia Brasileira de Letras.

Diz o nosso querido poeta lá da sua cidade Caxias do Sul, da nossa cidade. Vão dizer: Paim já está negando que é de Caxias. É de Fabrício Carpinejar.

Diz ele:

Morri em Santa Maria hoje. Quem não morreu? Morri na Rua dos Andradadas, 1925. Numa ladeira encrespada de fumaça.

A fumaça nunca foi tão negra no Rio Grande do Sul. Nunca uma nuvem foi tão nefasta.

Nem as tempestades mais mórbidas e elétricas desejam sua companhia. Seguirá sozinha, avulsa, página arrancada de um mapa. A fumaça corrompeu o céu para sempre. O azul é cinza, anoitecemos em 27 de janeiro de 2013.

As chamas se acalmaram às 5h30, mas a morte nunca mais será controlada.

Morri porque tenho uma filha adolescente que demora a voltar para casa.

Morri porque já entrei em uma boate pensando como sairia dali em caso de incêndio.

Morri porque prefiro ficar perto do palco para ouvir melhor a banda.

Morri porque já confundi a porta do banheiro com a de emergência.

Morri porque jamais o fogo pede desculpas quando passa.

Morri porque já fui de algum jeito todos que morreram.

Morri sufocado de excesso de morte; como acordar de novo? O prédio não aterrissou da manhã, como um avião desgovernado na pista.

Asaída era uma só e o medo vinha de todos os lados. Os adolescentes não vão acordar na hora do almoço. [Não é Luís?] Não vão se lembrar de nada. Ou entender como se distanciaram de repente do futuro. Mais de duzentos e cinquenta jovens sem o último beijo da mãe, do pai, dos irmãos.

Os telefones ainda tocam no peito das vítimas estendidas no Ginásio Municipal.

As famílias ainda procuram suas crianças. As crianças universitárias estão eternamente no silencioso.

Ninguém tem coragem de atender e avisar o que aconteceu. As palavras perderam o sentido.

Esse é o poema, Srª Presidenta. Peço-lhe respeitosamente que esse texto de Fabrício Carpinejar entre nos Anais da Casa acompanhando esse relatório para que fatos como esse nunca mais, nunca mais, venham a se repetir.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. PP – RS) – Cumprimento o Senador Paim. A profundidade e ao mesmo tempo a leveza do texto, da construção literária que faz o Carpinejar, mostram que é possível, realmente, externar sentimentos tão profundos de uma forma poeticamente construída, como ele fez tão poeticamente construída como ele fez nesse texto, que, V. Exª, com muita sabedoria e senso de oportunidade, coloca no final do seu relatório.

Indago ao Senador Eduardo Suplicy se quer fazer algum comentário porque já estamos no processo de votação do relatório do Senador Paulo Paim.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentar a Presidenta Ana Amélia, o Senador Paulo Paim, o Senador Pedro Simon. Os três Senadores do Rio Grande do Sul, que, com tanta atenção, cuidaram de como estar prevenindo tragédias como a que aconteceu em Santa Maria e pela dedicação dos três, que vejo aqui.

Meu voto é favorável ao parecer que já foi lido. Parabéns aos três Senadores do Rio Grande do Sul, unidos no propósito tão humanitário de prevenir que haja tragédias como aquela tão dolorida para o povo gaúcho e brasileiro.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Suplicy. De fato, essa tristeza continua, especialmente nos corações das famílias que perderam seus filhos naquela tragédia, e no nosso, por solidariedade a essas famílias e à comunidade de Santa Maria, que nunca mais será a mesma depois do que aconteceu naquela fatídica noite madrugada de janeiro.

Eu coloco, então, o relatório em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o relatório do Senador Paulo Paim. Eu queria que, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 5ª e da presente reunião da comissão, que é a última.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço muito a presença de todos, especialmente da assessoria parlamentar do Senador Simon, do Senador Eduardo Suplicy, do Senador Paulo Paim e dos nossos convidados nominados pelo nosso querido Senador Paulo Paim.

Não havendo mais nada a tratar, portanto, agradeço e declaro encerrada a presente reunião de trabalhos desta comissão.

*(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 8 minutos.)*

Edição de hoje: 34 páginas  
(OS: 12492/2013)

Secretaria Especial de  
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO  
FEDERAL

